



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins; -----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota; -----

1 Deputada Municipal da CDU- Carla Sofia Osório Gomes; -----

1 Deputada Municipal do PAN- Ana Luísa Poeta Simões; -----

Também estiveram presentes, o **Presidente da Câmara Municipal**, Vitor Aleixo e os **Vereadores**, Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, David Pimentel, Cláudio Lima (em substituição de Rui Cristina) e João Paulo Sousa.-----

Não estiveram presentes a **Vice-Presidente**, Ana Machado e o **Vereador** Fernando Santos. -----

Faltou o Deputado **Eleutério Rocheta** (PSD), não tendo sido solicitada substituição.

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:-----

1- Intervenção do Público;

2- Período de Antes da Ordem do Dia;

Aprovação de Atas

3- Período da Ordem do Dia;

a) - Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

b) – Assuntos de Interesse do Município - GESTÃO URBANÍSTICA;

c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2096-2022 [DAF] - Deliberação relativa à 3ª. Alteração Orçamental Modificativa da Receita, 3ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 3ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 3ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual;

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 2125-2022 [DAF] - Deliberação relativa a **Assunção de Compromissos Plurianuais – Abertura de Procedimentos Contratuais**, conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual;

e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1998-2022 [DMAPMA] - Deliberação relativa à Proposta de **Adesão do Município de Loulé à Associação “GEOPARQUE ALGARVENSIS LOULÉ-SILVES-ALBUFEIRA”**, pessoa coletiva de direito privado, com natureza associativa, sem fins lucrativos, bem como a aceitação dos respetivos estatutos, e aprovação da despesa no valor de € 100.000,00 de quota, com a assunção do encargo a suportar anualmente pelo município de Loulé após a adesão à associação nos termos da proposta, sendo o encargo no ano de 2022 de € 25.000,00, Deve a Câmara Municipal de Loulé, no âmbito da proposta de criação da Associação "Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira", aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Loulé a adesão do Município de Loulé à associação de direito privado, sem fins lucrativos, Associação “Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira”, como Membro Fundador, bem como a aceitação dos respetivos Estatutos e Regulamento, em anexo e que constituem parte integrante da presente proposta; designar como representante do Município de Loulé na associação “Geoparque Algarvensis Loulé-Silves-Albufeira” o Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Vítor Aleixo; e, aprovar a despesa no valor de € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros) para o ano de 2022, assim como a assunção do encargo a suportar anualmente pelo Município de Loulé após a adesão no valor de € 100.000,00 (cem mil euros).

f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 1986-2022 [DACEC] - Deliberação relativa à **APROVAR A CELEBRAÇÃO DE UM PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ E O GRUPO PARLAMENTAR EUROPEU ‘OS VERDES | ALIANÇA LIVRE EUROPEIA’ QUE COMPREENDE UMA INICIATIVA DE REFLORESTAÇÃO DE UM TERRENO MUNICIPAL, E DAR CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, Prende-se este protocolo com uma iniciativa de reflorestação de um terreno municipal, com árvores e arbustos autóctones. Esta iniciativa será integralmente financiada pelo Grupo Parlamentar “Os Verdes” constituindo uma medida alinhada com metas deste partido para a UE. A CML disponibilizará para o efeito o terreno e os meios técnicos no dia da iniciativa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

A Sessão teve início, começando o **Presidente da Assembleia**, por cumprimentar todos os presentes e todos que acompanham por via Audiovisual. -----

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos:-----

1- Intervenção do Público;-----

Foi dada a palavra ao **cidadão Manuel Costa**, que abordou a questão da água e teceu algumas considerações sobre a falta da mesma e nas soluções que podem ser viáveis para o tratamento da mesma (esta intervenção não foi transmitida nem ficou gravada). -----

Foi dada a palavra ao **cidadão Filipe Lázaro**, que iniciou a sua intervenção, sobre a situação relativa à esplanada do seu estabelecimento (o início desta intervenção não foi transmitido nem ficou gravado). -----

A Mesa, foi informada que estaria a haver um problema com a gravação e transmissão pelo que, interrompeu a Sessão, até resolução. -----

O **Presidente da Assembleia**, pediu desculpa pela interrupção, e disse ao cidadão, que podia continuar. -----

Filipe Lázaro disse que estava a dar como exemplo as esplanadas dos quiosques seguintes ao quiosque da Avenida a começar pelo quiosque Martinique e há um quiosque a seguir que já foi da Churrasqueira do Manel, que agora com o nome comercial o qual agora não me recordo. Ambos os quiosques têm 3 metros de fachada, é só pensar um bocadinho como é que conseguimos enquadrar no regulamento de ocupação de via pública, deve despertar as fachadas e os quiosques que estão no parque, são quiosques que estão ligados a esses comércios [impercetível 05:55] há muitos anos e toda a gente se lembra desta Avenida com esplanadas bastante [impercetível 06:03], sempre foi assim e sempre será independente da vontade de alguns. Portanto, são quiosques com décadas, são propriedades dos particulares, portanto, estes quiosques são nossos, com extensões de esplanadas largamente superiores às suas fachadas ou claramente um caso com uma tentativa enviesada e maldosa de nos enfiar este facto à medida para satisfazer a vontade de alguns em detrimento da vontade e dos interesses de outros. Não ignorando a argumentação anterior, podemos fazer um exercício simples para poder constatar com clareza a discriminação e perseguição à esplanada do quiosque da Avenida movida por esta Câmara. Nós abrimos no dia 28.06 e apreenderam a esplanada a 23.08. Isto quer dizer que nem dois meses passaram entre o período de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

abertura e o período do fecho. Todas as esplanadas da Avenida, tirando a Martinique, estão abertas o ano inteiro, as da Praça da República e as da 25 de Abril só para falar nas do centro. Todas elas, é muito fácil de constatar e testemunhar que ocupavam áreas bem superiores às áreas das fachadas. Dou o caso novamente aqui na Avenida, dou o caso aqui mesmo em frente aos olhos do Senhor Presidente, em frente à Câmara Municipal, as esplanadas na Praça da República, e as da 25 de Abril. A nós fecharam-nos a esplanada no dia 23.08. Ao dia de hoje estas mesmas esplanadas continuam com a mesma extensão. -----

O **Presidente da Assembleia**, disse que lhe concedia mais 1 minuto visto ter terminado o seu tempo. -----

O **cidadão Filipe Lázaro**, referiu ao Presidente que preparou este discurso em casa com 5 minutos. -----

O **Presidente da Assembleia** disse que quando Filipe Lázaro terminou de falar foi parado o cronómetro, e quando retomou a sua intervenção o cronómetro recomeçou. Tem neste momento 5 minutos e 10 segundos. Dou-lhe mais 1 minuto, se o senhor quiser continuar continua, se não quiser não continua. -----

Retomando o uso da palavra, o **cidadão Filipe Lázaro**, disse, Senhor Presidente, deixe-me então retomar onde eu estava. Portanto, aqui não se trata de ilegalidade. Ilegalidade já havia e a ilegalidade continua a haver. O problema aqui era a esplanada do quiosque da Avenida. Esse é que era o problema. O critério foi simples, foi castigar quem investe o seu dinheiro no melhoramento no espaço público que é de todos, tornando o centro da cidade mais atrativo, valorizando uma Avenida que se encontra completamente ao abandono e glorificar aqueles que têm amontoados de cadeiras, correntes a segurar chapéus que mais parecem estendais, tornado assim o centro da cidade num triste espetáculo para os residentes e para quem nos visita. É a cultura da mediocridade. Quem fez isto não gosta de Loulé e dos louletanos. É tempo de sermos mais exigentes com aqueles que nos governam. Quanto ao ato de apreensão da esplanada, não fui notificado conforme é de lei, não tive conhecimento das circunstâncias do modo, do tempo e do lugar, o que torna a apreensão da propriedade privada ilegal, o próprio fiscal que encarregou ficou encarregue da notificação assim o reconhece. Ele próprio diz que não notifica e deixem isso à consideração superior. Sabem qual foi a consideração superior? Foi a Câmara Municipal arrombar-me a esplanada, partir o cadeado, rebentar correntes e levar uma esplanada inteira de forma ilegal e prepotente. Senhor Presidente da Câmara, pode parecer ingrato, porém os políticos são lembrados não pelo que fizeram no começo, mas pelo que fizeram no final. O prestígio das instituições é sustentado pela altivez de quem representa os cargos. Muito obrigado senhor Presidente.-----

Foi dada a palavra ao **cidadão Baltasar Pereira**, que disse que o assunto que o traz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

não é único, considerando que muitos mais casos haverá como este. Contudo, as pessoas às vezes não querem dar a cara, lá terão as suas razões. Mas eu estou aqui, perante Vossas Excelências, para expor um caso que me parece extremamente complicado. Eu queria dizer que entrou nos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Loulé, no dia 27 de novembro de 2019 um pedido de viabilidade para a construção de um prédio em terrenos localizados na malha urbana da cidade de Loulé e até muito perto daquilo que nós chamamos a sala de visitas da cidade que é a Avenida Costa Mealha, muito perto da Avenida Costa Mealha. Ora bem, de acordo com o funcionamento dos serviços, este pedido de viabilidade tinha que ter previamente uma informação sobre se existiam ou não infraestruturas naquela zona do terreno de água e esgotos e de vias, avenidas, caminhos. Lamentavelmente eu tenho que dizer aqui que este percurso de informação tinha duas divisões, se não estou enganado. Uma informava sobre a viabilidade de existência de ruas, avenidas, caminhos. E a outra informava se existiam infraestruturas de esgotos e de água. A primeira, minhas senhoras e meus senhores, demorou a módica quantia de 10 meses para aquele departamento dar a informação, se havia vias ao pé da Avenida Costa Mealha e muito próximo da Rua Afonso de Albuquerque. Demorou 10 meses para dar esta informação. Depois desta, outra seguiu, que é a tal informação sobre os esgotos e a água. Esta foi mais benévola e demorou 24 meses. 24 mais 10 são 34 meses que os serviços desta Câmara Municipal levaram para informar algo tão simples quanto isto, se na Avenida José da Costa Mealha existem esgotos, saneamento e água. 24 meses. Esta informação dos 24 meses terminou há dias. Coincidentemente ou não, foi há dias que deram a informação, 2 dias antes de eu me inscrever para falar nesta Assembleia Municipal. Passaram-se 3 anos para dar uma simples informação para que os colegas que viessem a seguir pudessem dar continuidade ao estudo da viabilidade que se pretende. Peço desculpa, mas isto na minha opinião é uma vergonha. Isto envergonha toda a gente, eu pelo menos sinto-me envergonhado e julgo que todos nós nos devemos sentir envergonhados de os serviços da Câmara Municipal funcionarem desta maneira. Mas como eu quero ser justo eu quero prestar uma homenagem aos diretores destes serviços que nada têm a ver com estes atrasos. Porque os diretores destes serviços demoraram 2, 3, 4 dias para despachar o processo para o departamento respetivo. Portanto, fizeram um bom serviço. A seguir, com a obstatante de a meu ver não terem feito, na minha opinião, terem feito aquilo que é exigido, controlar os atrasos que se verificam nos departamentos dos quais são responsáveis. Vou terminar dizendo o seguinte, fazendo até uma sugestão ao Senhor Presidente da Câmara. Senhor Presidente permita-me, humildemente, que lhe dê uma sugestão, quem sou eu para dar sugestões ao Senhor Presidente da Câmara, mas desta vez permita-me que lhe dê uma sugestão. Pode crer que o faço com toda a sinceridade, com toda a honestidade e com toda a lisura. Senhor Presidente, o Senhor ou alguém que entenda, faça por favor, de vez em quando, um levantamento dos respetivos departamentos quantos projetos estão pendentes, qual foi a data da sua entrada nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

serviços e quais são as razões dos eventuais atrasos que se verificam. Eu estou convencido que o Senhor próprio, ficaria espantado. -----

O Presidente da Assembleia, Pediu desculpa por ter que interromper, uma vez que o tempo chegou ao fim e informou o cidadão Baltasar Pereira que, se quiser continuar a acompanhar, as questões relacionadas com a gestão urbanística irão ser tratadas no segundo ponto da Ordem de Trabalhos, não é que possa intervir, mas alguns esclarecimentos podem ser dados e algumas questões podem ser levantadas pelos Senhores Deputados. Na próxima Assembleia pode inscrever-se e continuar a participar-----

O cidadão Baltasar Pereira, disse que tem muita pena de não poder intervir, porque mais coisas teria para dizer. -----

Foi dada a palavra ao **cidadão Luís Fernando Júnior**, que disse que faz esta intervenção pois apesar de a legislação já existir do PDM de 2004, a mesma precisa urgentemente de ser melhorada. A parte à qual me refiro que precisa de ser melhorada é o artigo 39.º, número 2, que trata da edificabilidade para as moradias predominantemente agrícolas e é aí que me suscita o porquê de não ser feito de outra forma. Creio que a mudança que precisa ser feita deve ser a de especificar concretamente que a condição para a edificabilidade seja a mesma do número 6 do mesmo artigo, ou seja, que para a construção de habitação permanente seja necessário comprovar o exercício da atividade agrícola, obviamente, num terreno agrícola, e que não exceda 5% da área do terreno. Atualmente o que diz é 20%, acho que isso é um bocado mais do que deveria ser, 5% é mais do que suficiente e que não tenha a altura maior que 5 metros, afinal é uma moradia e não um prédio. Esta pequena alteração, que não envolve custos nenhuns para a Câmara Municipal de Loulé, irá incentivar a agricultura familiar de subsistência no Município. Aumentar a oferta de moradias acessíveis e ajudar a regular as dezenas de moradias ilegais que existem no concelho. De forma a exemplificar os diversos benefícios que esta mudança trará ao Município achei conveniente enumerá-los. 1.ª, vai ajudar a incentivar a agricultura com subsídios de difícil acesso para muitas zonas do país, o Algarve é uma delas, e com o aumento da inflação a agricultura torna-se insustentável, a menos que o preço ao consumidor seja aumentado e isso vai criar outros problemas sociais ou existem outros benefícios como a proposta que fiz agora que irá valorizar o seu terreno e reduzir os custos dos transportes, seja se conseguirmos fazer aqui e não termos de fazer numa outra zona. Se pudermos fazer onde queremos irá reduzir os custos de transporte. Além de que isso vai aumentar a produção local que irá reduzir a poluição, não tendo de transportar legumes, hortaliças, o que for para onde for, vai reduzir o preço dos produtos agrícolas e, claro, sem custos de transportes é presumível que os produtos agrícolas fiquem mais baratos, que representa grande



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

parte do seu custo atualmente. 2.^a, o aumento do preço das moradias e a oferta das moradias estão muito altas. É a lei mais básica da economia, quando se aumenta a oferta, se reduz o preço. Se houver mais casas disponíveis, se diminui o preço. E há muitas pessoas no município que não têm mais condições agora antes da crise começar, que ela ainda não começou, não têm condições de pagar a casa ou de comprar casa. Se aumentar a oferta vai ser possível reduzir o preço, o impacto dela. 3.^a, o aumento das vagas de estacionamento no centro, com mais pessoas a morarem nos subúrbios e no campo a necessidade vaga de estacionamento se reduz. Isso mais uma vez é um grande problema, estacionar aqui é horrível. Mais ainda vai criar uma proteção contra incêndios, algo muito necessário também pois os terrenos agrícolas costumam estar limpos, pois não convém ao agricultor ter a vegetação seca, ela tem que sair e dar lugar a vegetação verde, é menos provável num terreno agrícola que num terreno abandonado de ter a vegetação seca que é o principal chamariz de incêndio. Mais ainda, com os agricultores a viverem no campo os incendiários ficam mais receosos a agir. Se há pessoas lá, eles não vão arriscar a porem fogo. Eu digo isso pois eu tenho um terreno que foi quase vítima de um incêndio no ano passado. A Câmara Municipal agiu bem, os bombeiros agiram muito bem e conseguiu ser contido, mas podia ter sido evitado. E infelizmente caso a situação atual não for alterada, esse terreno que tenho na zona de Alte, com cerca de 1 hectare, eu pretendo vendê-lo. Se eu não consigo fazer agricultura para mim não funciona para nada. Se assim for, o mais provável é que ele seja vendido a um investidor estrangeiro, como já são muitos vendidos, pois só eles é que conseguem comprar imóveis nesta situação e aguardar pelo retorno. E esse é um dos motivos pelo qual o preço imobiliário é tão alto. Quando ele tiver comprado e não tiver que preocupar-se com a limpeza dos terrenos, ele pode simplesmente cortar todas as árvores, arbustos e plantas e depois aplicar um herbicida ou uma malha de [impercetível 23:47]. Depois de ele instalar uma malha [impercetível 23:56] por todo o terreno e impedir que nasça alguma coisa lá, ele não tem que se preocupar mais com incêndios. A única pergunta que eu faço a todos, podem pensar, não é preciso responder, é se acham um bom uso para um terreno agrícola deixá-lo totalmente limpo. Alguém?-----

Foi dada a palavra à **cidadã Elisabete Vieira Luz**, que disse que é munícipe nascida no Monte da Charneca, freguesia de Alte, interior deste concelho, sou mãe de dois filhos. Reconheci e reconheço o apoio que o município de Loulé dá a todas as crianças com oferta de fichas, transportes escolares, assim como o investimento que foi feito a nível de redes viárias, sendo o nosso município um exemplo a esse nível. Por todas as condições e esforços financeiros realizados pelo município não consigo entender que os nossos filhos saiam de casa bem mais cedo e estejam mais tempo fora do que nós há trinta anos. Eu repito, trinta anos. Para que exista equidade educativa, tal como está no website do município, há necessidade de todas as instituições trabalhem em conjunto para que o todo, neste caso, os alunos beneficiem com o investimento desta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Autarquia e as crianças não continuem a passar 12 horas ou mais fora de casa. Sim, ouviram bem, as crianças do nosso interior passam alguns dias bem mais horas fora do que um adulto em atividade laboral. Resolvi não só pelos meus filhos, mas também por todas as crianças e jovens cujas famílias resistem em habitar o interior deste concelho, expor factos nesta reunião. Sei que não podem ser feitos horários de transporte conforme horários individuais, mas há necessidade de para além de aumentar horários de transportes ou horários de escolas, tenham a atenção às distâncias e as disponibilidades de transportes que estes alunos que vêm de fora dos centros urbanos possuem. Neste ano letivo, os horários para os alunos da Escola Sebastião Teixeira ficaram disponíveis no dia 15 de setembro. A escola teve início, com apresentação, no dia 16 de setembro. E no nosso caso o transportador contactou-nos no domingo, dia 18 de setembro, para que as crianças do Monte da Charneca estivessem à porta no dia seguinte, às 6h30, 6h35. Já remeti estes factos à coordenadora, a Professora Sílvia Barrocal, com conhecimento da Doutora Ana Machado e ao Doutor António Martins. No início das aulas a rota 83 que liga Santa Margarida a Loulé saía de Santa Margarida às 7h15. Não ia até à Escola Básica de Salir, levava as crianças, para quem conhece Salir, junto à GNR, portanto, sujeitas ao percurso. Estamos a falar de crianças algumas com 10 anos, outras ainda não o fizeram, com 9 anos. Como o autocarro chegava a Benafim já cheio, pois para além das crianças transporta todos os outros utentes que vêm para o nosso município a Vamos colocou um segundo autocarro só para transporte dos alunos, mas no mesmo horário de saída de Alte, às 7h18, este sim com ida até à EB2 3 de Salir. Na passada quarta-feira vou levar o meu filho no autocarro das 8h13 porque à quarta-feira entra às 9h10 e o autocarro não passou. Consulto o horário da Vamos e a rota 83 que no dia 19 tinha um horário, no dia 26 tinha outro e o autocarro das 8h13 simplesmente foi suprimido, ou seja, menos transporte entre o interior e a sede de concelho. A minha questão, se os alunos entram às 8h20 em Salir porque é que a Vamos alterou o autocarro das 8h13 também para as 7h18 e não colocou um autocarro intermédio onde permitiria que os alunos saíssem mais tarde de casa e não estivessem mais horas fora. Mas não foi o que aconteceu. A outra rota, a 89, que ligava São Bartolomeu de Messines a Loulé. Não passa no Monte da Charneca. Essa rota agora começa em Santa Margarida e termina em Santa Margarida. Ou seja, quem vive no Monte da Charneca, se eu trabalhasse aqui em Loulé não tinha acesso ao transporte público para vir. Tenho acesso sim a Messines, à freguesia vizinha, como sempre tive desde a minha infância. Voltando aos alunos, foi dito na última reunião de pais que existem crianças a sair do Monte Brito às 6h35. Houve, inclusive, noutros lugares, transportadores que pediram para os alunos estarem prontos às 6h. No Monte da Charneca e após a minha reclamação, o transportador telefonou a dar-me o horário das 6h50. Horários de retorno, ou seja, as crianças saírem de Salir para voltarem para casa. Rota 83 que liga Salir a Santa Margarida, 14h24, 18h15 e o último às 18h39. Ou seja, uma criança, como o meu filho, que tenha saído às 6h50, se sair depois das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

14h25 chega a Alte às 18h41. Com o transportador, o meu filho vai chegar a casa 12 horas depois ter saído. Permitam-me dizer, com todo o respeito, que algo está mal. Ou os horários de transporte disponíveis não são os adequados ou os horários da escola não têm em consideração os horários do transporte dos alunos ou há problemas com ambos. 12 horas não são aceitáveis. Estas crianças não descansam, não têm tempo, nem capacidade para poder adquirir conhecimento, não lhes é dada a equidade prometida tal como os outros que vivem junto às escolas, têm atividades de suporte e bem-estar social, como Quarteira e São Clemente. Um dos argumentos no website do nosso município para que estas freguesias tenham aumentado a sua densidade populacional para 107 e 334 habitantes por quilómetro quadrado. Pergunto, será por estes motivos inversos que Alte e Querença baixaram para 25 e 29 habitantes por quilómetro quadrado? Passar o dia na escola ou em rota para a escola não é solução para as crianças e jovens do nosso interior. Não podemos aceitar só incentivos à natalidade sem nenhuma estrutura ou rede de apoio para estas famílias. Termino lembrando, inclusive, que houve o Programa Férias para Todos onde o transporte destas crianças não foi considerado. Conclusão: não foi para todos. -----

Foi dada a palavra ao **cidadão Diogo Maria Pinto de Sousa Coutinho**, que disse que o que traz cá é o Mercado de Loulé. Há mais de 5 anos o Mercado de Loulé quis entrar na moda dos mercados em ter praça e restauração no interior. Nós detemos o Mercado de Campo de Ourique e fomos contactados pela Loulé Concelho Global para abordarmos este tema e ajudarmos. A entrega foi imediata, o contacto foi feito logo diretamente com várias questões, problemas e visitas e da nossa parte sempre foram muito bem-recebidos em Lisboa. Hoje detemos 5 mercados municipais em Portugal inteiro. A nossa relação começou em 2017, em 2019 as obras começaram e em 2020 em plena pandemia somos abordados pela Loulé Concelho Global em pensarmos ou estudarmos a hipótese de concorrer ao Mercado Municipal, à praça da restauração. Eu sou de Lisboa, a minha esposa é do Algarve e imediatamente houve uma empatia com o Algarve em querer fazer uma mais-valia. Começamos estas conversas, sai o concurso público na plataforma, nós analisamos esse concurso e vemos que não há condições para concorrer. Porquê? Porque faltava uma esplanada, no meio do COVID que era indispensável, o prazo da concessão eram 5 anos, nós considerávamos muito curto, a climatização do mercado, foi feito um ar condicionado considerávamos que não era suficiente e que era necessário portas duplas, portas automáticas para que não houvesse corrente de ar e a exploração ou a concessão do mercado, isto é, nós no Mercado de Campo de Ourique temos 20 lojistas, nós no Mercado da Ribeira temos 50 lojistas, nós no Mercado de Silves temos 5 lojistas, nós subalugamos e isto não era possível neste Mercado. Expusemos esta situação ao David Pimentel depois de várias reuniões com o David e com o Senhor Presidente, em conversa e em plena confiança, vemos que, após um certo prazo, a esplanada consegue-se controlar, ótimo, bom princípio, estamos em COVID e isso consegue-se controlar. Em relação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

aos outros pontos, nomeadamente o prazo da concessão de 5 anos também se falava em alargar e nós de boa-fé avançamos. As portas duplas foram registadas que iriam ser feitas até outubro, sensivelmente, não precisava de estar escrito, por acaso está escrito em vários emails, nós decidimos avançar um pouco contra a vontade da minha mulher pois nós já temos vários negócios, e este seria mais um, e decidimos avançar com mais de 350.000,00€ de investimento. Pessoal de Lisboa, pessoal do Algarve, veio tudo para cá, ficamos no Senhor Pescador, ficamos grandes amigos, a dormir cerca de 2, 3 meses, infraestruturas foram feitas, investimentos foram feitos, portanto, demos vida ao Mercado na pior altura do mercado, isto é, da restauração em pleno 2021. Conseguimos abrir em tempo recorde, em 2021, e em setembro há eleições. Estas eleições trazem a passagem do David Pimentel para a vereação, dei-lhe os parabéns e desejei que corresse tudo bem, mas disse que era necessário fazer a passagem para o próximo Presidente para que não ficasse pendurado com tudo o que falamos e para dar continuidade. E assim foi. Numa breve reunião com a nova administração e Presidente disseram-nos que tudo o que tinham a cumprir estava cumprido e mostravam-me várias vezes o contrato de concessão e eu disse que tinha outras conversas com o senhor presidente que estava cá e eu não preciso de escrever ou mostrar, isto foi-me dito que iria ser feito pois isto é razoável, estamos aqui todos para o bem do mercado, para a vida do mercado, para o mercado estar aberto e servir hoje de rua e de bom espaço agradável que é, portanto, eu não sei qual é esta conversa, pedia só que cumprissem com o que sempre falamos. Foi sempre carta aberta que nós como gestores destes mercados nós detemos vários conceitos ou várias empresas que também operam, mas nós não detemos tudo, não temos gelados, não temos bom pica-pau, e nós fizemos uma seleção do melhor para nós que há em Loulé. O 11 da Vila, referência para todos, a minha esposa só veio cá pelo 11 da Vila, que ela nem queria estar presente, para nós era crucial com um café ou outro. Na última reunião que tivemos sobre este aluguer que tínhamos o Senhor Presidente decidiu rescindir o contrato, vamos chegar a um apuramento de valores, vamos chegar efetivamente do que vocês puseram cá, eu concordei, disse que não havia problema nenhum, eu não quero arranjar confusão, eu trabalho com Silves, Algarve, etc., e vamos embora. Para concluir, nós apuramos, houve um balancete, balanços e comprovativo desse mesmo investimento, o Senhor Presidente disse que marcaríamos uma nova reunião para rescindir, para deixar tudo, e estamos nisto há cerca de 6, 8 meses à espera de uma reunião, recebemos uma carta, que eu peço se posso distribuir a carta, que nós não tivemos contacto a partir daí com o Presidente.-

Foi dada a palavra à **Vereadora Marilyn Zacarias**, que disse que sempre que uma pessoa, um empresário abre ou está num estabelecimento é do conhecimento que terá um regulamento e há normas a cumprir. Existe um regulamento na Câmara Municipal de Loulé de ocupação da via pública desde 2013, regulamento este que é para ser cumprido. Nós com as medidas do COVID fizemos uma exceção e houve



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

abertura de conceder algum espaço adicional às esplanadas de forma a não prejudicar o trabalho das pessoas e conseguir ajudar. O nosso intuito não é fazer uma perseguição a nenhum estabelecimento, está-se a fazer em todos os estabelecimentos do município, inclusive, nos meses de maio e junho foram feitas visitas por todos os nossos serviços, a todos os nossos comerciantes, com um aviso a explicar que as medidas do COVID tinham voltado à normalidade e que seria restabelecido o espaço da esplanada. Digo todos pois, por exemplo, uma imobiliária tem um cavalete e isso é ocupação da via pública. Portanto, visitamos não só a restauração, mas também os outros comerciantes. Acontece que esta situação com o Café Avenida, recebeu vários avisos, nunca foram cumpridos, nós fomos tolerantes com a intolerância do proprietário do estabelecimento. Os nossos fiscais passavam, o senhor sempre recusou a assinar os avisos. É uma equipa que não envolve só uma divisão, são 4 divisões que fazem esta fiscalização. Primeiro fazemos de uma forma pedagógica, não se conseguindo temos de agir de outra forma. Acontece que, também, no dia em que a equipa em conjunto com a GNR, uma vez esgotadas todas as formas de pedidos para se normalizar a esplanada. Em 2020, fechou-se aquela rua que era uma inversão de marcha e automaticamente ocupou-se o espaço quase em cima da passadeira, inclusive, um bebedouro de água estava dentro da esplanada. O que se tentou fazer com todos é regularizar. Não se conseguiu e procedeu-se em conformidade com o regulamento. Estranhamente, o pedido de licenciamento foi feito exatamente nesse dia 23 de agosto. Não havia licenciamento até à data e foi feito exatamente no dia em que os serviços se deslocaram para cumprir o regulamento. Nós estamos cá para que as coisas se cumpram, as outras esplanadas também estão a ser regularizadas, cada uma com o seu processo obviamente, já temos algumas esplanadas regularizadas e o que estamos a fazer é o nosso serviço. Não estamos atrás de ninguém, só estamos a garantir que o regulamento é cumprido. Queria dizer que senti isto um pouco pessoalmente, pois as redes sociais conseguem tudo, e eu senti aqui um bocadinho a tristeza da crítica ao imigrante. É verdade, eu sou um caso, os meus pais são de Loulé, os meus pais foram para um país à procura de uma vida melhor, sendo que esse investimento que eles fizeram com o seu trabalho foi para Portugal e neste momento está a pagar impostos. E é com esses impostos que regressaram com os filhos a esta terra e nós estamos cá, eu sou portuguesa porque quero, eu escolhi ser portuguesa e é triste ver nas redes sociais o que se viu com uma crítica à emigração. Portugal é uma terra de emigrantes, fomos acolhidos no estrangeiro por muitos países. Neste momento muitos dos impostos, IMI, como se diz partes dos ordenados são pagos, sim, todos pagamos impostos nesta terra.

Foi dada a palavra ao **Vereador Carlos Carmo**, que disse que relativamente à questão dos transportes escolares, sim, aquilo que foi relatado não é admissível. Na mesma altura que a cidadã Elisabete Luz disse que recebeu os horários da escola, foi precisamente na mesma altura que a Câmara Municipal recebeu os mesmos horários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

para organizar os transportes escolares. Para quem não sabe, o plano dos transportes escolares é um documento bastante denso, é feito normalmente entre maio e junho, é aprovado em Comissão Municipal de Educação e depois vai a Reunião de Câmara para ser aprovado e são lançados os concursos públicos ou os procedimentos de contratação pública adequados. Para todos termos noção do que estamos a falar, uma dimensão desta natureza, estamos a falar de um investimento de 4,5.000.000,00€ de transportes escolares do plano para este ano, 127 circuitos, transportamos 2282 crianças, 15.180 quilómetros média que são percorridos diariamente para transportar as nossas crianças e são abrangidos 108 estabelecimentos. Depois destes números, cabe-me dizer que nós já tínhamos conhecimento desta realidade. A cidadã Elisabete Luz e outros encarregados de educação também fizeram chegar à Câmara Municipal e o senhor Presidente da Junta de Freguesia teve uma conversa comigo sobre esta matéria. Quero dizer que o papel da Câmara Municipal neste caso em concreto é um pouco complicado, mas nós estamos a fazer o nosso papel. Nós somos aqui os coordenadores de várias entidades. Temos de conversar com a *Vamus*, através da AMAL que é a autoridade de transportes do Algarve, que os municípios delegaram a coordenação dessa competência. Temos que conversar com a AMAL para que contacte a *Vamus* para que sejam acertados estes horários. Esta questão em concreto já está na AMAL, foi remetida para a *Vamus*, já tivemos, inclusive, respostas esta semana sobre algumas das questões que foram aqui referidas e que nos próximos dias parte delas estarão regularizadas, nomeadamente nos horários da parte da manhã. Falta aqui referir que nós concordamos com o que a cidadã trouxe no sentido de alterar um dos horários dos autocarros desta linha das 8h10 para as 7h45 pois é inconcebível que uma criança tenha de sair às 6h30 de casa para ir para a escola, não é possível, é contra a lei, não está no nosso plano de transporte e nós temos que regularizar isso e é para isso que nós estamos a trabalhar. Garantidamente isso será resolvido, ainda há questões da parte da tarde. Os horários são feitos pelas escolas, mas a competência do transporte é da Câmara Municipal. Ou seja, o plano de transporte foi feito com base num histórico que depois tem de ser aplicado à realidade que muitas vezes, como eu disse, os horários chegam com um dia útil antes de começar a escola. Com 68 circuitos especiais, ou seja, 68 circuitos que são feitos por transportadoras de circuitos especiais, interligando com transporte de passageiros, mais 18 circuitos que são feitos pelo município, em números muito redondos, percebe-se a complexidade. O nosso compromisso é que nos próximos dias este assunto será garantidamente resolvido da melhor forma pois como temos feito aqui será preponderante aquilo que é o nosso papel do município preponderante com as entidades, neste caso com a *Vamus* e o reajuste dos horários dos transportadores. No que concerne aos horários escolares posso também dizer que iremos ter no próximo dia 4 uma reunião com o agrupamento sobre esta matéria para tentar resolver alguma questão. Compromisso que aqui deixo perante todos é que eu próprio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

contactarei a cidadã Elisabete Luz para lhe ir dando nota dos passos que vamos dar nesta matéria.-----

Relativamente ao cidadão Manuel Costa, disse que ainda no dia de hoje, veio da AMAL em representação do Senhor Presidente, onde se debateu muito as questões da água e da sustentabilidade, é uma preocupação nossa, o senhor é muito atento e também tem estado muito presente, falaremos e daremos nota de muitas coisas que aqui referiu, são questões quase de opinião e de debate, não carece da nossa parte de uma resposta, mas como sabe, estou e estamos sempre ao dispor para qualquer questão.-----

Foi dada a palavra ao **Vereador David Pimentel**, que respondeu à intervenção do cidadão Diogo Sousa Coutinho, sobre o Mercado de Loulé e a praça de restauração. Dizer que este foi um procedimento concursal nacional para requalificação e houve um conjunto de 9 empresas interessadas no procedimento e apenas uma conseguiu passar e demonstrar inequivocamente que tinha condições técnicas e financeiras para poder mostrar propostas. Essa empresa é a que o senhor representa que é a MCO. De referir que o concurso foi lançado em junho de 2020 e cujo contrato de concessão foi assinado a 28 de abril de 2021. Como acabou por referir na sua interpelação que houve aqui uma abordagem da Loulé Concelho Global, de facto na altura eu estava como Presidente do Conselho de Gestão, quero-lhe dizer que à semelhança do Mercado de Campo de Ourique foram contactados o Mercado de Algés, o Mercado da Ribeira, o Mercado da Boavista, e os contactos foram feitos para percebermos com a entidade que explora o Mercado e é responsável pela gestão do Mercado Municipal de Loulé como é que poderíamos dinamizar o Mercado que tradicionalmente encerra às 14h, 15 horas e que se pudesse desenvolver uma atividade pós esse horário com gastronomia com complementaridade da oferta e permitindo que um edifício que é secular, um edifício que neste momento tem 116 anos no coração da cidade de Loulé pudesse trabalhar à tarde, ao fim-de-semana e à noite potenciando a atividade económica não só do mercado e da restauração e toda a envolvente. E, por essa razão, indagamos e procuramos soluções pelo país e fora do país. E quem nos concedeu várias peças de procedimento que foram importantes para a construção do nosso caderno de encargos e do programa do procedimento foi a Câmara Municipal de Lisboa e já agora fica aqui o meu agradecimento sincero a toda a equipa da Câmara Municipal de Lisboa, foi inexcelável na partilha de informação e na forma que nos aconselharam a fazer este concurso. A Loulé Concelho Global tendo sido recetora de várias interações com empresários quer do concelho, quer da região, quer do país que estariam interessados no concurso público, assim que ele esteve na plataforma eletrónica de contratação pública ao acesso das pessoas houve de facto contactos com todas essas pessoas que tinham manifestado interesse em receber uma comunicação assim que ele estivesse disponível. Sobre o que se passou a partir do momento da concessão. É verdade, houve uma pandemia, ela restringiu a atividade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

económica, mas fique aqui claro uma questão, subjacente a qualquer concessão do espaço público existe um caderno de encargos que é vertido num contrato e nesse contrato sempre teve de uma forma clara e inequívoca ao senhor Diogo Sousa Coutinho que não era possível sub concessionar os espaços, não é permitido sequer pelo regulamento do Mercado Municipal de Loulé aprovado em 2007 e a única mensagem que se pode ter partilhado é que é necessário como qualquer outro regulamento que começa a ter uma certa antiguidade desde 2007 ter uma revisão e essa revisão está a ser trabalhada pelo município neste momento com a empresa municipal. Em todo o caso, foi dito sempre e isso digo-lhe sob palavra de honra que tudo o que estava no contrato tinha de ser obedecido porque o contrato é o espelho fiel de tudo aquilo que soube desde o início quando se candidatou que é que está no caderno do procedimento de encargos. Nada, nem uma vírgula pode ser mexida em relação aquilo que são os compromissos. E, palavra de honra, eu julgo que em momento algum, nenhuma pessoa lhe pode influenciar a avançar para um negócio que o senhor, empresário de sucesso, não tenha querido fazê-lo. Portanto, na vida, aconselha-se, sugere-se, ouve a opinião, analisa os factos, e facto inegável, o Mercado Municipal de Loulé e a concessão daquele espaço sempre teve de uma forma clara e inequívoca adstrito ao cumprimento do regulamento, regulamento esse que é aprovado por todos os que aqui estão. Portanto, é obrigatório cumpri-lo escrupulosamente. A evolução do mesmo está dependente de todos os que estão aqui. E só a partir da evolução de um regulamento e novas realidades contempladas é que poderia pensar em gerir o negócio de outra forma. Portanto, que fique claro e de uma forma inequívoca que a abordagem pela Loulé Concelho Global a várias entidades gestoras de espaços de restauração no sentido de perceber como é que se conseguiria desenvolver um conceito que é um conceito felizmente catalisador do Mercado Municipal e penso que todos nós que estamos aqui percebemos que foi uma mais-valia um investimento importante do erário público de 600.000,00€ realizado ali. Só como última nota. A Loulé Concelho Global partiu daqui, partilhou informação e a informação que o senhor partilhou não é aquela que consta do balancete contabilístico que partilhou com a empresa. Posso lhe dizer que é um valor de quase 40% inferior ao valor que mencionou. Mas para não estarmos a diminuir valores, até porque acho que esta questão está neste momento num processo de litigância, não é numa Assembleia Municipal que se resolve questões jurídicas, se entender uma reunião posterior, com certeza que será esclarecedora, mas acima de tudo se resolve e aquilo que se diz e o que é um facto, faz uma pequena diferença.-----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse que queria lamentar o que se sucedeu com o processo do senhor Baltasar Pereira. Nós na Câmara Municipal de Loulé nos Serviços de Apreciação de Processos da Gestão Urbanística atravessámos um período muito mau, mas que felizmente estamos claramente numa fase muito melhor e com resultados já hoje mensuráveis e passíveis de serem comunicados que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

traduzem uma melhoria significativa dos serviços. Posso dizer ao senhor engenheiro Baltasar que a questão não é tanto nos Serviços de Gestão Urbanística, é quando há necessidade de recolher pareceres ou outras unidades da Câmara Municipal, como por exemplo os Serviços de Saneamento ou a Rede Viária, mas que até aí, posso lhe dizer, tenho uma satisfação enorme de dizer, que foram atrasos muito significativos, nomeadamente na questão das infraestruturas que neste momento os processos pendentes são residuais, processos de revisão de saneamento básico, que são de urbanismo, há apenas dois pendentes neste momento e, portanto, foi uma maratona para colocar todos os processos em dia e ainda bem que aconteceu isso. Neste momento, os processos que estão para análise são em número muito reduzido. Senhor engenheiro, lamento o que sucedeu, estamos a trabalhar para melhorar e estamos a conseguir. Esta é a boa notícia embora saiba perfeitamente que isto não resolve o incómodo, nem o prejuízo que isto lhe causou. As minhas desculpas por este facto. -----

Relativamente ao cidadão Luís Fernando Júnior, levantou uma série de questões que se prendem com a viabilidade de práticas agrícolas em meios rurais. Nós estamos em processo de revisão do PDM, a sua nota de preocupação vai com certeza ser considerada e eu até lhe posso aconselhar que a qualquer momento pode chegar as suas sugestões quer ao Executivo, quer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que nós vamos considerá-las. O que acontece em muitos casos é que a sua intervenção não é típica, a sua intervenção é de alguém que tem uma casa em espaço rural e quer ter condições para fazer agricultura. O que acontece em muitos casos é que cidadãos que têm uma propriedade com uma parcela de terreno em espaço rural e que querem construir de raiz, de novo. Essa circunstância é de acordo com regras do PDM que não prevejo que sejam substancialmente alteradas, não é possível. Se bem entendi a sua intervenção não é bem o caso. O que lhe peço é que nos faça chegar todas essas sugestões que nós iremos com certeza absoluta olhar para elas com toda a atenção e aquelas que forem de considerar, haveremos de considerar com certeza. -----

Quando o **Presidente da Assembleia** deu por terminado o Período de Intervenção do Público, o cidadão Filipe Lázaro tentou iniciar nova intervenção, falando a partir do púlpito. O Presidente informou- o que Regimento não permite novamente o uso da palavra, tendo o cidadão Filipe Lázaro continuado a falar, embora o som do seu microfone estivesse desligado. "Desculpe senhor Lázaro, mas não vai falar, não lhe dou a palavra, o senhor não se sobrepõe ao Regimento desta Assembleia. Vai-me desculpar, o Regimento não prevê, eu vou ter que lhe cortar a palavra. Como o cidadão continuava a falar, o Presidente continuou a adverti-lo, dizendo-lhe: O senhor não pode intervir nesta fase. Elevando a voz, o Presidente disse: O senhor não se sobrepõe ao Regimento desta Assembleia. Vou lhe voltar a dizer outra vez, a ver se o senhor percebe, devagar. Independentemente da razão que o senhor tem, o senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

não se sobrepõe ao Regimento desta Assembleia. Uma vez que o senhor Filipe Lázaro continuava a fazer uso da palavra, o Presidente referiu que iria interromper a Assembleia. A Assembleia foi interrompida às 22.21 e minutos. -----
O Presidente dirigiu-se ao cidadão, trocaram algumas palavras, tendo o senhor Filipe Lázaro abandonado a Sala da Assembleia ordeiramente. -----

Às 22.23 minutos, o **Presidente da Assembleia**, pediu desculpa pela interrupção e retomou os trabalhos, referindo que, concluído que foi o Período de Intervenção do Publico, vamos passar ao Período da Ordem do Dia.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

2- Período de Antes da Ordem do Dia;

Aprovação de Atas-----

Foram postas à votação as Atas n.º 8-2022, n.º 9-2022 e n.º 10-2022-----

A **Ata n.º 8 (Sessão Extraordinária de 23 de maio 2022)** foi aprovada por unanimidade.-----

A **Ata n.º 9 (Sessão Ordinária de 27 de junho de 2022)** foi aprovada por unanimidade.-----

A **Ata n.º 10 (Continuação da Sessão Ordinária de 27 de junho – 4 de julho de 2022)** foi aprovada por unanimidade.-----

O **Presidente da Assembleia** alertou que quando as atas são enviadas devem ser lidas e enviados pedidos de alteração ao seu conteúdo, para serem feitas as alterações que entendam, e existe sempre a gravação como recurso caso suscitem dúvidas.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

- Informação sobre Expediente e Requerimentos:-----

Foi feita a leitura dos pedidos de Informação. Foi recebido um **Requerimento do PAN** sobre o Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo, que foi respondido pela Câmara Municipal-----

Foi recebido um Regulamento do BE relativamente à informação sobre a comunidade escolar do Pré-Escolar e 1.º Ciclo, que foi respondido pelo Executivo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi recebido um Requerimento do PSD sobre questões relacionadas com o Festival MED, contratações relativas a cervejas e aos transfers, que foi respondido pelo Executivo. -----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

Moções; -----

Proposta 83/2022 (CHEGA)- “Programa Inovação Social - Forças de Segurança/ Autarquia”, apresentada pelo **Partido CHEGA**. A leitura da Proposta foi feita pela Deputada Sandra Castro (documento anexo à Ata). -----

Foi dada a palavra à Deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, “Vem o partido CHEGA, apresentar a seguinte proposta nos termos explanados infra. Enquadramento: esta proposta tem o objetivo de desenvolver um programa que permita aos elementos de forças de segurança em patrulha ou serviços externos almoçar nos refeitórios de empresas municipais preferencialmente nas escolas do Ensino Secundário. Tendo sido inclusivamente esta ideia defendida pelo Ministério da Administração Interna muito recentemente no jornal Público, inclusive, de 29 de junho. A preferência pelos refeitórios das escolas deve-se à continuidade de uma cultura de segurança nesse local. O contacto e a proximidade com os jovens, mesmo sendo por um breve período, transmite uma visibilidade de segurança e respeito num local e espaço onde são formados e preparados jovens para viver numa sociedade onde as forças de segurança são elemento fundamental e um dos pilares básicos para uma vida equilibrada. Esse programa com a intervenção da autarquia de Loulé será uma demonstração do apoio que é possível fornecer a quem zela pela nossa segurança. Esta proposta abrange todo o efetivo dos postos da GNR do concelho de Loulé pretendendo promover as seguintes vantagens: incrementar a presença de elementos policiais nas escolas, reforço das relações institucionais, promover a proximidade entre as forças de segurança e os jovens e beneficiar as forças de segurança fornecendo a hipótese de fazerem uma refeição a um custo reduzido. Este programa inicialmente poderá ser visto como um projeto-piloto que após a entrada em funcionamento e verificando o sucesso da sua funcionalidade poderá ser estendido de forma a poder incluir esse benefício a outras entidades como os bombeiros. Por todas as razões argumentadas, pedimos a esta Assembleia a aprovação desta nossa proposta e após a sua aprovação deverá ser encaminhada para a Comissão responsável pela Inovação Social para a elaboração e desenvolvido o programa a ser distribuído nas entidades envolvidas neste processo. A ser aprovada, a presente proposta deve ser remetida à Câmara Municipal de Loulé, GNR de Loulé, Assembleias e Juntas de Freguesia do concelho, Agrupamentos de Escolas e Escolas do concelho de Loulé, Associações de Pais das escolas do concelho”.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, que disse que relativamente à moção do Chega, o que se pode dizer é que é uma boa intenção baseada em pressupostos errados. Quando falamos da possibilidade de as forças de segurança poderem ir almoçar às cantinas das escolas. Primeiro diz-se que são as forças de segurança em patrulha ou em serviço externo, mas disse que é um apoio social. Logo há aqui alguma confusão que seria necessário esclarecer, porque se estão em patrulha ou em serviço externo não é para todos e não podem todos ir em qualquer altura. Se é um apoio social qualquer agente de segurança deveria poder ir comer às cantinas municipais e nas escolas. Por outro lado, também se diz que se pretende reforçar o policiamento nas escolas. A presença das forças de segurança nas escolas. Senhores Deputados, eu sou professor, as escolas não precisam de mais polícia dentro da escola, precisam, eventualmente, de polícias fora da escola. Dentro da escola as questões disciplinares resolvem-se com os instrumentos próprios que a escola tem, que também fazem parte da educação dos jovens, e em casos extremos, que felizmente são raros, chama-se a Polícia. Quero fazer aqui um elogio ao trabalho da Escola Segura que há muitos anos acompanha as escolas e intervém seja em formação dos alunos, seja nestes casos extremos para garantir a segurança de toda a gente que tem feito um trabalho extraordinário e só nesses casos é que se pretende que haja policiamento dentro da escola e em casos absolutamente extremos. Portanto, dizer que é para reforçar o policiamento dentro das escolas parece-me que é um pressuposto errado até porque em termos educativos e da autoridade dos professores e dos funcionários isso seria completamente contraproducente. Assim sendo e falando das forças de segurança e, obviamente, sublinhando o papel importantíssimo que as forças de segurança têm na nossa sociedade, então deveríamos falar também dos elementos da saúde que estão deslocados, por exemplo, e que vêm de fora para cá e que têm uma missão importantíssima e se calhar com o preço das rendas, entre outros fatores, também poderiam ir, porque não, almoçar às cantinas municipais. Não falo dos professores porque já almoçam, tal como os funcionários, nas cantinas das escolas. Elementos da Função Pública que estejam deslocados do seu local de residência não têm suporte familiar e como sabem com os preços das coisas ultimamente é verdade que qualquer apoio social é bem-vindo sobretudo para os funcionários públicos, sejam eles agentes de segurança ou não. Nesse sentido e não discordando que os agentes de segurança possam utilizar as cantinas das escolas, uma vez que as messes que antigamente se não me engano foram suprimidas, julgamos que esta proposta é redutora, precisa de ser repensada e julgamos que a moção que o Partido Socialista apresenta de seguida, que prevê exatamente apoios sociais para as forças de segurança, mas também para os outros funcionários públicos, mas também residências para quem vem de fora, acaba por abarcar aquilo que o Chega quereria fazer e muito mais. Assim sendo e com autorização do nosso líder de bancada iremos votar contra porque achamos que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

âmbito desta moção acaba por estar mais alargado e melhor.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Helena Baião (BE)**, que disse que em relação à proposta do Chega, gostaria apenas de dizer duas coisas. Mesmo que não fosse por outras razões ideológicas, bastariam os 2 últimos parágrafos desta proposta para que o Bloco de Esquerda votasse contra. Parece-me que o Chega está a tentar obter da Assembleia Municipal uma fórmula de se visibilizar na imprensa e de dar visibilidade a uma proposta que é sua quando se estivesse mesmo disponível para fazer uma proposta que fosse aceite pelos outros partidos retiraria, de certa forma, o ego da sua proposta e torná-la-ia uma proposta comum para ser aceite por todos os outros partidos. O que é que acontece aqui? Dizem que a presença da segurança seria importante nas escolas, eu acho que esta visibilidade iria transmitir uma imagem de insegurança. Ninguém está a perguntar às crianças, nem ninguém está a perguntar aos senhores guardas, como é que eles iam sentir a almoçar com as crianças das escolas e nem as crianças das escolas com os senhores guardas dentro da escola. Eles ficariam com a ideia de que no seu período de pausa para almoço, que é o período de pausa do período escolar, que havia adultos na sala e é uma vigilância desnecessária como disse o deputado do PS que falou antes de mim e que eu concordo integralmente. O Chega ainda não estava representado nesta Assembleia Municipal, foi muito difícil implementar o Programa Escola Segura e foi muito difícil promover a proximidade, no sentido pedagógico, entre as forças de segurança e os alunos. Existe uma natural desconfiança dos jovens em relação às forças de segurança. As pessoas mais antigas que estão aqui ainda têm testemunhos, se não próprios das suas famílias, relativamente ao estado policial que se vivia em Portugal, ao estado de vigilância absurdo que se vivia antes do 25 de Abril e esse excesso de presença poderá fazer lembrar o regresso de outros tempos. Por isso, o Bloco de Esquerda votará também contra. -----

Foi dada a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, que disse que no nosso entender esta proposta do Chega está bastante limitativa. E há semelhança do que disse aqui a Deputada do Bloco de Esquerda, ao promovermos as horas de almoço dos jovens com as forças de segurança, não acredito que iria transmitir segurança para os jovens, talvez mais desconfiança. A proposta fala em incrementar elementos das forças de segurança nas escolas. Já existe há anos, chama-se Escola Segura, não é necessário haver polícia dentro da escola, mas sim polícia perto da escola e na defesa dos jovens e da população em geral. Mas nesta proposta centrada nos jovens e nas escolas. Fala também da hipótese de oferecer uma refeição a custo reduzido. É extremamente limitativo e ficam as forças de segurança a beneficiar deste custo reduzido. Entenda-se que não são apenas as forças de segurança que precisam e que beneficiariam de refeições a custo reduzido. Concordo com a situação, sim, talvez, mais tarde os bombeiros pudessem através de um apoio camarário desenvolver uma cantina, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

não apenas para as forças de segurança, mas também para as pessoas que se deslocam para vir trabalhar neste município, para os bombeiros, para pessoas trabalhadoras com salários reduzidos. O nosso voto será contra por considerarmos que se cinge apenas numa realidade e não na realidade deste município e dos trabalhadores deste município.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse que no que toca à recomendação apresentada pelo Chega, eu creio que, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia poderá desculpar-me o meu atrevimento, uma vez que a moção do Bloco de Esquerda, a recomendação do PS, a recomendação do Chega acabam por quase bater ali no mesmo âmago, não seria de esta Assembleia ponderar, em vez de evitar uma longa discussão e prolongamento dos trabalhos, realmente um documento conjunto de forma a avançar a persecução do que é o objetivo desta Assembleia. A bancada do PSD considera que estarmos aqui a debater medidas avulsas desta forma e perante o que será o advento dos grandes sacrifícios que se avizinham e que os indicadores económicos assim determinam, se não seria antes a Câmara Municipal de Loulé com a sua ingerência e diligência que o permite fazer, levar a cabo um programa de assistência de apoio para as pessoas e as famílias porque aquilo que se aproxima assusta. Essa seria sim a forma mais robusta, a forma mais blindada de um apoio, em vez de estarmos a votar medidas avulsas.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)**, que disse que em relação à proposta há alguns pontos que gostaríamos de clarificar pois se calhar não foram bem entendidos. Esta proposta já foi apresentada, não na totalidade, mas de uma forma equivalente em outros concelhos e foi rejeitada precisamente pela bancada do PS, mas o engraçado é que precisamente após ter sido apresentado em outros concelhos, o ministro da Administração Interna vem propor precisamente aquilo que estamos a propor. Está aqui, para quem quiser ver, para quem não viu, que diz que propôs a realização de protocolos entre estas associações e o município, a PSP, a GNR, que pudesse beneficiar agentes de segurança no acesso a serviços públicos. O ministro refere-se à PSP e à GNR. Nós na nossa proposta abrangemos outras entidades. Portanto, está aqui escrito e bem explícito que poderá ser estendido de forma a poder incluir esse benefício a outras entidades como bombeiros. Quando nós falamos aqui de outras entidades, estamos a referir-nos a outras entidades da Função Pública, desde professores, pessoas deslocadas para cá, está a abranger toda a classe que poderia beneficiar desta benesse, deste projeto. Quando o Senhor Deputado fala na patrulha em serviço externo, para nós não faria sentido o agente estar em casa, estar de folga, e ir almoçar a uma cantina de uma escola, mas sim quem está no terreno, quem está a trabalhar porque não têm as messes, não têm a habitação próxima e isto seria uma facilidade para eles terem uma refeição digna e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

um custo, sim, mais acessível. Como nós sabemos, os ordenados são miseráveis e acho que isto seria uma ajuda que se poderia dar. -----

Em relação às questões disciplinares. Não está aqui em causa as questões disciplinares. Nós não queremos que as forças de segurança estejam nos refeitórios, não é como a Deputada do Bloco de Esquerda que falou em salas, não é para estar em salas e vigiar os estudantes. É exclusivamente para confraternizar com as crianças e precisamente para desmistificar isto que a Senhora Deputada disse que no tempo da outra senhora, eram os bichos-papões, eram os maus. Não é isto que está em causa. As crianças hoje em dia nem conhecem a História, portanto, longe de nós essa ideia, isso é que é uma questão ideológica. Repare, nós queremos que as crianças convivam com as forças de segurança e tenham respeito, que as admirem, que saibam que aquela pessoa é uma ajuda e não um bicho-papão como aqui acabou de referir. Porque diz que "causa desconfiança das crianças às forças de segurança." Mas porque é que há de causar desconfiança? Por isso é que este país está como está, por isso é que não há respeito pela farda da autoridade e nós temos que acabar com isto de uma vez por todas, porque um dia que vos for bater à porta, aí vocês acordam. Disseram aqui de todos abraçarmos esta causa e fazermos uma moção em conjunto, tivemos este problema aqui com a nossa moção da segurança, a nossa moção foi retirada e foi chamado o comandante territorial de Faro para ver aqui uma forma de nós alterarmos a moção ou criar outro documento. E deu no que deu, afinal tínhamos razão, o Chega tinha razão na proposta que apresentou. Nós fizemos a vontade a todas as bancadas e retiramos a nossa proposta, mas não deixamos de ter razão e os senhores são testemunha disso. Portanto, mais uma vez, sabem que nós temos razão e por saberem que nós temos razão querem uniformizar esta proposta. E não é por acaso que a nossa proposta foi a primeira a entrar e a do PS entrou na data-limite às 15h17, depois da nossa proposta entrar. Meus senhores, nós não andamos aqui a dormir. Por isso um pouco de respeito e saber o que é que andamos aqui a fazer. Isto aqui não há egos, egos aqui é o respeito pela sociedade e bem comum de todas as pessoas, nomeadamente as do concelho de Loulé. Senhor Presidente, peço desculpa, mas há aqui uma perseguição e acho que isto não é justo, pois nós estamos aqui para defender os interesses da comunidade.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Helena Baião (BE)**, que disse que gostaria de dizer à Senhora Deputada do Chega que não é por gritar mais que tem mais razão, por isso não é necessário alterar o seu tom de voz para falar connosco como se nós fossemos meninos de escola porque não somos. Já agora, há pouco referiu que as crianças em História não sabem aquilo que se passou, eu só posso dizer agora que vai ficar gravado, que para além disso ser insultuoso para os professores de História, que as crianças sabem sim porque sabem aquilo que lhes ensinaram, e isso está nos programas, se a Senhora Deputada quiser verificar, pode verificar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Também gostaria de defender a minha honra dizendo que eu não disse as palavras que a Senhora Deputada me pôs na minha boca. O que eu disse é que vocês dizem na vossa proposta "que transmite uma visibilidade de segurança" e eu disse que transmite uma visibilidade de insegurança. Se as crianças estiverem no seu refeitório a terem a sua refeição, a brincarem e a falar entre eles dos assuntos que lhes interessam e tiverem um polícia na sala, certamente que a sua liberdade de expressão não vai ser a mesma e a sensação é que fizeram alguma coisa de mal para terem posto um polícia ao pé deles. Desculpe, mas cada um tem a sua interpretação e a minha é tão digna como a sua. Já agora, também disseram, incrementar a presença de elementos policiais nas escolas. Portanto, o que estão a tentar promover é a robustecer a imagem de autoridade das forças de segurança e nós achamos que o papel das forças de segurança foi muitíssimo melhor pensado quando foi pensado o programa da Escola Segura.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, que disse que não vai chamar defesa da honra, mas apenas dar uma nota à Senhora Deputada Sandra Ribeiro que tem de ter mais atenção aquilo que ouve para depois argumentar. Entendo a excitação, por vezes não corre tão bem, mas fica aqui só esta nota. Dizer que apela que quer o melhor para o município, eu não vejo na sua moção o melhor para o município, vejo uma limitação de habitantes do município que são as forças policiais. Ou seja, se quer o melhor para o município exponha todos os trabalhadores deste município e não apenas as forças policiais e, eventualmente, mais tarde os bombeiros.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, que disse que vai fazer a sua declaração de voto por escrito, até para não criar mais sururu na sala, mas quando há uns dias li a moção eu não cheguei à parte dos meus colegas pois fiquei com algumas dúvidas logo no início. Quando diz que o programa permite às forças de segurança a almoçar nas empresas municipais preferencialmente escolas do ensino secundário. Na minha perspetiva uma empresa não é uma escola municipal. As empresas municipais que temos em Loulé, temos em Vilamoura, em Almancil e em Loulé. Escolas secundárias temos em Loulé e em Quarteira. Portanto, por exemplo, como é que um GNR tivesse a fazer patrulha em Salir onde é que ele iria almoçar? Continuei a ler, mas fiquei logo bloqueada nesta parte.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, que disse que queriam deixar claro nesta Assembleia, pois muitas vezes fomos "acusadas" de querermos visibilidade e queremos os egos. Não é nada disso que se trata, queremos é defender os interesses dos munícipes de Loulé, falar do que realmente achamos que é importante falar. Não entenderam, de facto, o que se pretende com esta moção é quebrar a barreira que existe hoje em dia entre as forças de segurança e os jovens,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

nós queremos que se torne uma relação muito mais saudável, os jovens não têm que ter medo do senhor polícia, mas sim respeitá-lo e saberem que se precisarem de um apoio, de uma ajuda, podem recorrer ao senhor polícia. Também não devem saber de muitas histórias que se passam nas escolas, nomeadamente, de *bullying* que me leva também a falar neste assunto, que leva, inclusive, ao suicídio de várias crianças. Umás sabe-se pela comunicação social, outras nem se fala no assunto. O polícia seria também uma forma para aquelas crianças que acham que podem tudo na escola, perceberem que afinal não é bem assim.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **António Farrajota (CDS)**, que disse que para nós, esta proposta tem pontos válidos, tem outros, talvez, omissos, que poderiam ser muito mais aprofundados, daí o sentido de voto que vamos estabelecer. Também está aqui em causa e foi bem visível, a ideologia de cada partido. E contra isso não há nada a fazer e ainda bem, é por isso que aqui estamos em democracia. Um pensa que é bom, outro pensa que é mau, mas nós não temos que nos zangar uns com os outros. Podemos manter o respeito por cada um de nós, só assim vale a pena viver em democracia porque andar aos gritos e como a Senhora Deputada Helena Baião disse e bem, eu recorro-me muito bem do seu chefe do exemplo máximo da gritaria e o aspeto zangado, eu não vou citar o nome pois toda a gente sabe quem é.-----

Passou-se à votação;-----

Proposta 83/22- Proposta “Programa de Inovação Social de Forças de Segurança / Autarquia”, foi rejeitada, com 25 votos contra (22 PS, 1 BE, 1 CDU e 1 PAN), 2 votos a favor (CHEGA) e 9 abstenções (8 PSD e 1 CDS).-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

Proposta 84/22 (PS)- “Utilização das Cantinas Escolares e Residências” apresentada pelo **PS**. A leitura da Proposta foi feita pelo Deputado António Martins (documento anexo à Ata).-----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, que disse que considerando a complexa situação internacional consequência da guerra provocada pela invasão da Ucrânia por parte da Rússia e de 2 anos de pandemia global e que se traduz num brutal agravamento das condições de vida da Europa em geral e do nosso país em particular. Considerando que a fase mais visível desse agravamento é o aumento generalizado do custo de vida com uma inflação a rondar os 8%. Considerando que este aumento generalizado dos preços coloca graves dificuldades à grande maioria dos cidadãos e das cidadãs portuguesas e portuguesas, com especial incidência nos que encontrando-se deslocados na sua residência habitual se veem privados do suporte familiar e das redes solidariedade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

relacional. Considerando que como todos os outros municípios o concelho de Loulé acolhe permanentemente muitas centenas de elementos das forças de segurança e funcionários públicos fundamentalmente os setores da educação e saúde, se encontram na situação referida no número anterior. Considerando que é dever da comunidade em geral e do município em particular facilitar a integração destes profissionais, amenizar as dificuldades provocadas pela distância e o isolamento social e garantir-lhes condições dignas de trabalho e melhoramento da sua qualidade de vida. Considerando que os equipamentos públicos e sociais existentes no concelho devem ser rentabilizados e podem instituir-se dentro dos limites da sua lotação, vocação e capacidade como ferramenta facilitadora do cumprimento do dever referido no número anterior. Considerando finalmente que o governo da República Portuguesa, nomeadamente através do Ministério da Administração Interna, está a tentar negociar com os municípios a criação de um pacote de medidas sociais possa traduzir-se em ganhos de rendimento para os profissionais das forças de segurança, a bancada do Partido Socialista vem propor à Assembleia Municipal a aprovação das seguintes medidas a propor ao Executivo Municipal para aplicação urgente: 1) a criação em articulação com as direções dos agrupamentos de escolas e Escola Secundária de Loulé e das instituições particulares de solidariedade social do concelho de condições para que os elementos das forças de segurança, funcionários públicos deslocados da sua residência habitual e/ou sem suporte familiar possam fazer as suas refeições nas cantinas e refeitórios dos estabelecimentos de ensino público do 2.º e 3.º Ciclos e Secundário e IPSS pelo valor do subsídio de refeição; 2) no âmbito da política de habitação municipal, profissionais das forças de segurança e funcionários públicos deslocados da sua residência habitual possam ter acesso privilegiado a alguns imóveis reservados para o efeito; 3) o acesso às cantinas será efetuado de acordo com as regras e lotação acordadas entre o município e cada uma das instituições devendo ser alvo de protocolo no caso das IPSS ou acrescido ao protocolo único dentro do município e agrupamentos de escolas no caso das escolas públicas; 4) os acordos estabelecidos para as refeições deverão dar origem a um regulamento de acesso aos equipamentos que serão entregues a todos os interessados elegíveis para a sua utilização, bem como publicitados junto das respetivas instituições.

Foi dada a palavra à Deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, que disse que gostava que os presentes deixassem de pensar que nós somos do Chega, tirem essa questão por dois segundos, e que digam sinceramente quando viram esta moção não encontraram vários pontos semelhantes com a nossa moção. Isto começa a ser um pouco de mais. Vocês dizem que nós temos egos, nós não temos egos, nós temos vontade de trabalhar e se a nossa proposta fosse tão má não a tinham “plagiado”. Porque a vossa proposta, desculpem-me que vos diga, tem muitos pontos em comum com a nossa. Simplesmente acrescenta as residências. Como é que vai haver residências se não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

há para as pessoas que estão aqui. Com o problema que há de habitação, vocês ainda querem residências para os senhores polícias quando eles supostamente até têm um sítio onde podem viver. Tentem ser honestos intelectualmente com vocês próprios.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, que disse que realmente esta proposta parece ser uma proposta melhorada do Chega. Mais uma vez ela revela discriminação social, não engloba a generalidade dos trabalhadores deslocados da sua residência habitual. Por exemplo, este município acolhe uma série de trabalhadores não apenas na área da saúde e de segurança, mas também das variadas áreas de negócio abrangidas por este concelho. Existem também funcionários públicos que residem constantemente neste concelho e têm salários muito baixos, salários mínimos, e cujos apoios aqui descritos também seriam necessários. Por acreditar que esta proposta continua a limitar os cidadãos, votaremos contra. -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, que disse que muito rapidamente eu relembro que da outra vez disse que a proposta do Chega era uma boa intenção com pressupostos errados ou mal fundamentados. Reconhecemos que as forças de segurança terem acesso às cantinas, é correto. A nossa proposta vem na sequência e na ampliação daquilo que o senhor ministro da Administração Interna, como vocês disseram, disse ao país. Coincide com a vossa proposta, se calhar até se lembraram da vossa proposta na sequência do que o ministro disse. Finalmente, consideramos, como disse também anteriormente, votámos contra a proposta do Chega, não por ser do Chega, mas porque a nossa sendo mais abrangente abarca aquilo que o Chega também quer. Finalmente, relativamente aquilo que a Senhora Deputada da CDU disse, tenho muitas dúvidas sobre a legalidade de abrir as cantinas das escolas e de outros equipamentos do município a elementos de negócios particulares. A funcionários públicos a legislação prevê utilizá-las, relativamente às cantinas particulares não me parece, nem seria correto. Se são funcionários de empresas particulares, são essas empresas que têm de zelar para que eles tenham condições de ter refeições, alojamento, etc., e não tem que ser o Estado e o município a tratar disso. Portanto, o município deve fazer isso para os funcionários públicos, sejam forças de segurança ou não.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse que tendo caído por terra a proposta conjunta, é importante que se diga que, mais uma vez, esta era a nossa vontade que era um Programa de Assistência às famílias e às pessoas do concelho e abrangendo todos e não só alguns. Perante isto, só temos a dizer que a Câmara Municipal deveria apresentar um programa de apoio robusto sobre esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

matéria. -----

Foi dada a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, para dar resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Alte, pois não deve ter entendido bem a posição desta bancada. Esta bancada não defendeu o Chega, nem defende a do PS que estas cantinas comunitárias sejam nas escolas. Na eventualidade de existirem com o apoio da Câmara Municipal e que abranja o máximo de pessoas que tenham necessidade. Não a escola, a escola é para os jovens e as crianças aprenderem. Não é para pormos crianças a conviverem com pessoas adultas, que são elementos estranhos às cantinas escolares. O Senhor Deputado não deve ter percebido, quer uma proposta, quer outra, não nas escolas.-----

Passou-se à votação;-----

Proposta 84/22- Proposta “Utilização das Cantinas Escolares e Residências, foi aprovada por maioria com 22 votos a favor (PS), 13 abstenções (8 PSD, 2 CHEGA, 1 BE, 1 CDS e 1 PAN), e 1 voto contra (CDU).-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

Proposta 85/22 (BE) Proposta de Recomendação “Reforço de medidas de apoio social”, apresentada pelo **BE**. A leitura da Proposta foi feita pela Deputada Maria Helena Baião (documento anexo à Ata).-----

Foi dada a palavra à Deputada **Helena Baião (BE)**, que disse que em virtude das perspetivas económicas para este trimestre apontarem para um cenário sombrio e a contração generalizada da economia, subida dos custos da energia e da retoma na indústria e no comércio estar ainda bastante condicionada pelos estrangulamentos no transporte de mercadorias, pela escassez da oferta de bens intermédios das matérias-primas e dos transportes que se têm revelado mais persistentes do que o antecipado devido à guerra na Ucrânia, vem o Bloco de Esquerda propor à Assembleia Municipal que se robusteçam as medidas de apoio social especialmente no caso da infância com carácter imediato e que a Câmara Municipal dê provimento a uma proposta do Bloco de Esquerda apresentada como Recomendações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano num documento entregue por este grupo municipal no dia 21 de novembro de 2021 em que propunha: atribuição de um complemento de subsídio de nascimento para todos os bebés nascidos no concelho de Loulé em 2022 como incentivo à natalidade nos termos do regulamento a criar, primeiro filho 2000€, segundo filho 2500€ e terceiro filho e seguintes 3000€. Como aliás algumas freguesias do nosso concelho já fazem e alargando o âmbito, podendo o subsídio ser alargado a todo o concelho devido à excelente colheita do Imposto Municipal de Transações verificado em 2022. Isenção do pagamento de refeições escolares a todos os alunos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

do Pré-Escolar e 1.º Ciclo, e que os estudantes universitários até aos 23 anos deixem de pagar para andar nos transportes públicos no seu trajeto de e para a Universidade do Algarve, bastando para tal que se encontrem matriculados. Esta medida insere-se no âmbito da sustentabilidade ambiental e do combate às condições das alterações climáticas com uma mobilidade mais acessível. Assim, a Assembleia Municipal de Loulé reunida em Sessão Ordinária no dia 30 de setembro libera recomendar à Câmara Municipal a aplicação destas medidas de apoio social às famílias.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Maria Esteves (PS)**, que disse que considerando as circunstâncias que vivemos e que vamos viver que são de facto verdadeiramente sombrias até por força da manutenção e incremento, parece, da guerra que resultou da brutal invasão da Federação Russa à Ucrânia, todos os apoios que possam dentro daquilo que são os limites da racionalidade, que é o mesmo que dizer receber quem efetivamente deles necessita, a bancada do PS votará favoravelmente esta recomendação com a indicação que estes apoios devem ser aprofundados e alargados, caso se venha a considerar necessário de alargar em todos os aspetos aqui definidos, sendo certo que no apoio à natalidade poderá ser alargado casuisticamente a outras freguesias se isso se verificar necessário e devidamente fundamentado. No que toca ao apoio às refeições, nós concordamos sendo certo que já uma boa parte dos nossos alunos do Pré-Escolar e 1.º Ciclo têm refeições gratuitas na escola porque são alunos e crianças que têm o escalão A e, portanto, isso deve ser revisto, pensado, incrementado e melhorado dentro daquilo que vierem a ser as necessidades identificadas. Dito isto, para acabar com algumas questões que são importantes na sua razão de ser, mas não se justifica, se calhar, a forma como são expostas, faz sentido e deve-se pensar, sugerimos à Câmara Municipal que pense num refeitório municipal ou de cantinas municipais que possa dar resposta a todas as forças de segurança e todos aqueles que foram identificados e a outras pessoas que comprovadamente necessitem e queiram aceder a estes serviços.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Helena Baião (BE)**, que disse que se vier a esta Assembleia Municipal a proposta de criação de uma cantina municipal, tal como já acontece em Faro, nomeadamente na Avenida 5 de Outubro, o Bloco de Esquerda será certamente uma força política com quem poderão contar para apoiar essa proposta.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)**, que se dirigiu à Deputada do Bloco de Esquerda para esclarecer uma dúvida. No primeiro ponto onde diz atribuição de um complemento de subsídio de nascimento para todos os bebés nascidos no concelho de Loulé. Eu gostaria que especificasse esta questão dos nascidos no concelho de Loulé porque nós não temos maternidade em Loulé. Gostava também de saber se isto inclui a naturalidade, a residência dos pais, se os pais forem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

separados, conta a residência do pai ou da mãe, se forem estrangeiros e estiverem aqui de passagem e o bebé nascer como isso funciona, por isso gostaria que esclarecesse os nascidos no concelho de Loulé.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Helena Baião (BE)**, que agradeceu ao Chega esta precisão, realmente era necessário precisar este aspeto porque efetivamente em Loulé não existe uma maternidade, mas creio que estaremos todos de acordo que não são só os que são de cá, mas também os que vivem cá e que não são de cá e que têm cá as suas famílias e têm crianças e passam a ser residentes no nosso concelho. E é desses, obviamente, que estamos a falar e pedimos desculpa pela imprecisão, mas era desses que nos referíamos.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Cláudia Mendes (PSD)**, que sugeriu a esta proposta de recomendação do Bloco de Esquerda, que para além do reparo que o Chega fez, para nós seria aprazível que não estivesse aqui apenas 2022 e sim a partir de 2022, pois o ano está perto do fim. E que isto não fosse apenas um reforço de medidas de apoio social, mas que fosse desenvolvido um regulamento ou um programa da Câmara Municipal.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Helena Baião (BE)**, que agradece as sugestões, não é só para 2022 é a partir de 2022. E bebés residentes no concelho de Loulé e não nascidos.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, que disse que realmente considerando a situação económica que vivemos hoje em dia todos os apoios fazem sentido. No entanto há aqui apenas um e só a título de sugestão, fala aqui da isenção de pagamento de refeições escolares. Ora, esta isenção das refeições escolares é da competência do Governo e não como proposta da Câmara Municipal. O que se sugeria aqui era que se alterasse para que não ficassem dúvidas de que este seria um apoio atribuído pela Câmara Municipal, de uma bolsa para apoio alimentar ou uma subsídio. Pois, isto é, à semelhança do que aconteceu com os livros escolares. Esta Câmara Municipal foi implementadora de dar os livros escolares antes que se tornasse a nível nacional por força do PCP e do BE. Para não haver dúvidas, a competência do Governo passar para a alçada do Governo e assim pedir a alteração para ficar mais claro.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Helena Baião (BE)**, que disse que neste momento o que se verifica é que apenas as crianças que têm atribuído o 1.º escalão da Segurança Social é que têm direito ao pagamento integral do seu subsídio de refeição. O que nós propomos é que a Câmara Municipal participe o resto e que seja efetuado um subsídio, em vez de isenção de pagamento de refeições escolares, é subsídio para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

pagamento de refeições escolares a todos os alunos Pré-Escolar e 1.º Ciclo.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Maria Esteves (PS)**, que disse que deve haver algum equívoco na interpretação que a Deputada do PCP faz em relação à questão da alimentação das crianças do Pré-Escolar e dos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Factualmente quem é do escalão A tem acesso a uma refeição integralmente Pré-Escolar e 1.º Ciclo. Quem tem escalão B tem um custo reduzido, mas não a 100%. Mas não significa que não seja da competência da Câmara Municipal. Primeiro, estender esta gratuidade, devidamente fundamentada, a outros níveis de escolaridade, a outras crianças e alunos que não tenham o escalão A, até pode ir para os que não têm nenhum escalão. Se quisermos analisar as situações de pobreza que aí estão. É um apoio da Câmara Municipal, sim. Mas também não é comparável os manuais escolares com as refeições. Os manuais escolares estão generalizados, as refeições não. É da competência do Ministério da Educação, sim, aqui pode ser da competência da Câmara Municipal se tiver disponibilidade.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, que disse que realmente pode ser alguma dificuldade de expressão. Quando eu falo aqui da isenção que é da competência do Governo, como foi com os manuais escolares, ao apresentar a proposta desta forma não ficará claro, pode ser dito que isto não é uma responsabilidade camarária. Como diz e bem, pode e faz, mas a proposta é que faça e para que seja feito o ónus da responsabilidade tem de ficar aqui definido, se quer ou não aceitar. É por isso que sugiro alterar, que fica à consideração, claro, do preponente.-----

Passou-se à votação;-----

Proposta 85/22- Proposta “Reforço de medidas de apoio social”, com as alterações seguintes: os bebés são os residentes e não os nascidos no concelho de Loulé; não é em 2022, mas a partir de 2022; e no segundo ponto não se trata da isenção do pagamento de refeições escolares, mas da atribuição de um /subsídio pela Câmara Municipal para pagamento de refeições escolares, foi **aprovada por unanimidade**.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

- Período de Antes da Ordem do Dia.-----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, que disse que gostaria apenas de reforçar aqui algo que a nossa freguesia e município Elisabete Luz trouxe aqui relativamente aos transportes escolares das crianças do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

interior. Agradecer o empenho que o Vereador Carlos Carmo desde o primeiro minuto tem manifestado para resolver o problema, mas deve ser dito publicamente e deve-se ter consciência disso de que uma boa parte do problema radica nas políticas e na intransigência da Vamos, antiga Eva, relativamente à forma como faz a gestão dos transportes públicos. Quando o lucro se sobrepõe ao interesse público são estas coisas que acontecem. Quando a nossa munícipe Elisabete Luz diz que para reforçarem uma carreira que não consegue levar todos os alunos, a carreira das 7h15, põem outro autocarro. Se eu bem me lembro há alguns anos era política da antiga rodoviária nacional, não quero dizer que se deva nacionalizar novamente os transportes, como é óbvio, estou apenas a lembrar que quando um autocarro estava cheio e havia pessoas à espera naturalmente a empresa reforçava aquela carreira com outro autocarro porque as pessoas pagaram bilhete e neste caso a Câmara Municipal paga os passes e os utentes têm o direito de serem transportados. Acontece que neste momento a Vamos para reforçar uma carreira de autocarro que está esgotada porque um autocarro não chega, suprime a carreira seguinte, passa o autocarro para ali, tem 2 autocarros no mesmo horário, mas quem precisa do autocarro a seguir não o tem. Eles não põem nem mais um autocarro porque o lucro é mais importante do que o transporte das pessoas. Este é essencialmente o problema e impõe-se este problema da Vamos relativamente aos transportes escolares. Inclusive sabemos que no ano passado pôs-se um problema similar e para se resolver o problema e as crianças poderem ter acesso a um horário decente à escola houve localidades que ficaram sem transporte pois a Vamos tirou o autocarro para poder fazer uma volta mais pequena. A reboque disto posso dizer que o transporte a pedido flexível, ou seja, para quem não sabe o que é em muitas localidades da serra com mais de 40 habitantes as carreiras de autocarros que estão previstas para lá só se realizam se houver pelo menos 2 pessoas a telefonar para a Vamos de véspera e a dizer que precisam do autocarro. Nesse caso eles enviam o autocarro para fazer a carreira, caso contrário não há carreira. Tudo isto seria muito bonito e muito bom se a Vamos nas paragens de autocarros dessas carreiras tivesse posto o número de telefone que é preciso telefonar ou qualquer informação sobre o assunto. E até hoje não pôs rigorosamente nada. Ou seja, as paragens estão a cinzento, enquanto as outras têm horários e informações, essas carreiras estão a cinzento, não têm informação nenhuma e a Vamos diz descaradamente que não lhe interessa fazer esse serviço pois não lhe dá lucro. Publicamente julgo que o município já tomou uma posição, vai continuar a tomar, mas temos todos de ter consciência que é uma situação que eles têm um contrato de serviço público e têm que o cumprir e neste momento estão a tentar descaradamente não o cumprir.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **Márcio Fernandes (PS)**, que disse que gostaria de dar nota de 2 questões muito positivas que o Município tem sido pioneiro a nível nacional pelos planos que tem vindo a apresentar e as medidas que tem vindo a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

implementar. Destaco o facto de o Município de Loulé ter sido eleito no dia 9 de setembro para a Presidência da Associação Adapt.Local – Rede de Municípios para a Adaptação Local para as Alterações Climáticas. É uma associação sem fins lucrativos que reúne mais de 23 municípios e várias entidades públicas e privadas que têm como objetivo dinamizar a adaptação às alterações climáticas em Portugal com o objetivo, naturalmente, de incorporar estas matérias nas suas políticas de atuação e instrumentos de planeamento. Loulé tem vindo a dar um exemplo muito grande no país sendo reconhecido em todos os locais onde apresenta o seu trabalho. Destaco também no âmbito da ação climática o facto do município do Loulé através do seu Presidente da Câmara ter sido eleito para Presidente da Mesa de uma nova secção que foi criada pela Associação Nacional de Municípios para os objetivos de desenvolvimento sustentável. Os ODS que fazem parte da agenda 2030 das Nações Unidas. Penso que são boas notícias para Loulé, para o nosso concelho, um reconhecimento do trabalho que tem vindo a ser feito e que é reconhecido por todos nós, mas também pelo país inteiro e além-fronteiras.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse que relativamente ao período de há pouco dizer que em relação à intervenção do cidadão Filipe Lázaro e também do cidadão Coutinho, esta bancada denota que o executivo camarário tem assumido uma posição algo arrogante com os munícipes que desenvolvem atividades comerciais levando a que a Câmara Municipal entre em conflito com estas pessoas. A Câmara Municipal de Loulé tem que arranjar soluções equilibradas que sirvam o interesse público. Estes conflitos não beneficiam a população de Loulé pois não podemos esquecer que estes empresários acabam por contribuir para criar mais dinâmicas dentro da cidade de Loulé. A Câmara Municipal não pode deixar que estes assuntos cheguem a este ponto em que as pessoas sentem a necessidade de vir à Assembleia Municipal expor estas matérias, por não conseguirem alcançar a sua resolução no seio da Câmara Municipal. É preocupante, consideramos grave, claramente há uma dificuldade de se conseguir gerir as concessões e o município não consegue resolver com os munícipes do concelho as suas divergências. É aquilo que hoje aqui ficou provado. Depois acaba por entrar em atos de litigância, com estas pessoas. Senhor Presidente, acho que deveria existir um cuidado diferente no tratamento diferente nestas matérias, tentar resolvê-las no seio da Câmara Municipal e tentar evitar que venham aqui, não que elas não mereçam e não tenham o direito de vir, mas isto quase que é um último recurso. -----

Relativamente à Moção que apresentamos em finais de junho, no que toca ao Plano de Contingência para a Limpeza das Algas Invasoras, não entrando em questões de ordem científica, mas sim de questões mais práticas, acabando agora a época banhar se o Executivo já está a começar a preparar este plano de contingência que foi aqui aprovado por unanimidade para que haja este procedimento para a limpeza das praias. Lagoa teve uma dificuldade nesse sentido, conseguiu fazê-lo, e temos de ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

em conta que o turismo no nosso concelho é fundamental e falo nomeadamente em Quarteira que é a parte mais atingida e, realmente, é perentório e imperativo que a Câmara tenha de ter esse mecanismo pronto a pensar na próxima época balnear.----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira (Telmo Pinto)**, que disse que relativamente às esplanadas e espaços públicos, nós também recebemos isso na freguesia de Quarteira este ano e é importante olhar para o espaço público como espaço público, como espaço de todos, e eu apelo que todas as pessoas tenham a consciência que nós temos de fazer muito mais. O espaço cada vez está mais cheio de equipamento e dizendo que nós estamos a trabalhar para a economia local. Eu dou o exemplo deste equipamento que falamos e se hoje passarmos na Avenida eu hoje já pedi o favor de entrar num restaurante que está no espaço público. É um corredor pequeno, é uma avenida que eu conheço como conheço a de Quarteira e se nós não organizarmos as esplanadas não vamos beneficiar com isso. As pessoas têm que beneficiar de tudo o que temos no espaço público. Cada vez mais as pessoas escolhem a rua para passear, passar o seu tempo e eu vejo situações como as que estão em Quarteira em que avenidas e passeios de como está na rua das lojas que temos 7, 8,9 ou 10 metros de rua e temos 1 metro para as pessoas passarem. Promover a harmonia e o equilíbrio entre o que é utilizado pelos comerciantes e o que as pessoas necessitam, mas no fundo dizer também que não podemos provocar desequilíbrios. Um espaço de 10m² não pode ter uma esplanada de 200m², porque quem aluga uma loja de 200 para aquilo que necessita para o seu comércio, não pode pensar que depois vai complementar em excesso com a ocupação do espaço público com as esplanadas que necessita para o seu negócio. Acho que é importante que sejamos equilibrados nesse ponto, que é não é beneficiar muito aqueles que não fazem a aposta, ou seja, pessoas que fazem apostas mais pequenas que procuram isso para o seu negócio. -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Salir (Francisco André)**, que vem falar do encerramento da Escola da Cortelha. No passado dia 19 de outubro de 2021 foi convocada uma reunião no Ameixial onde esteve presente o Diretor do Agrupamento das Escolas Padre João Cabanita, a senhora Vereadora Ana Machado, o Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial e os pais dos alunos. Nessa reunião falava-se do ensino itinerante do Pré-Escolar que até então era feito uma parte na Cortelha e dois dias no Ameixial. Na semana seguinte, esse mesmo serviço passou a ser inteiramente no Ameixial. O Presidente da Junta de Freguesia de Salir não foi convocado, não teve qualquer informação, nem foi auscultado sobre essa situação. No dia 28 de julho de 2022 fui convocado para o Conselho-Geral do Agrupamento como convidado assim como o Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial. Eu estive presente, o meu colega não pode estar presente. Nesse mesmo Conselho-Geral tive a oportunidade de explicar de forma abrangente a minha perspetiva e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

perspetiva dos fregueses da minha freguesia. Não tive acesso até hoje à ata desse Conselho-Geral, estão aqui pessoas presentes que estiveram, mas certamente comprovarão que de forma maioritária foi decidido que a Escola Primária no ano letivo que iria começar na Cortelha e depois falar-se-ia no ano seguinte no Ameixial. Para meu espanto recebo no dia 28 de agosto um email do então Diretor do Agrupamento das Escolas a informar-me que a escola iria ser encerrada e reaberta a escola do Ameixial. Queria deixar uma nota em meu nome pessoal e em nome do Presidente da Junta de Freguesia de Salir que fico muito satisfeito com a reabertura da Escola Primária do Ameixial. O que é que acontece? Acontece que alguns alunos, por questões geográficas e é facilmente perceptível que é muito mais fácil para esses alunos que residem perto da Cortelha irem para Salir, foi muito difícil a inscrição desses mesmos alunos em Salir. Dizia-se que as turmas estavam cheias e que só podiam ser inscritos no Ameixial. Neste momento vivemos uma realidade que os transportes escolares ainda não estão a ser feitos para esses alunos, há exceção de um que começou anteontem, os outros ainda não têm transporte escolar. Perguntame como Presidente da Junta de Freguesia de Salir se tive algum contacto, algum email, algum telefonema do Executivo da Câmara Municipal de Loulé sobre o encerramento da Escola da Cortelha? A resposta é zero. O Presidente da Junta de Freguesia de Salir, até ao momento, não teve qualquer contacto de qualquer elemento do Executivo da Câmara Municipal de Loulé sobre o encerramento da escola primária na sua freguesia. Eu acho que desenvolver o interior, e permita-me Senhor Presidente, e como alguém disse há pouco no público quem sou eu para dar indicação ao Senhor Presidente, mas eu acho que desenvolver o interior é chamar os dois presidentes das Juntas de Freguesia, tentar-se de uma forma séria, concreta e honesta debater os assuntos e a médio prazo tentarmos não só manter a escola da Cortelha, como também reabrir a escola do Ameixial. Isso sim é progresso do interior, isso sim é trabalhar pelo interior. Porque assim dá a nítida sensação de que há um interior, mais interior que o outro interior. Pergunto de forma direta, Senhor Presidente da Câmara Municipal, acha justo e normal encerrar-se uma escola numa freguesia onde o seu Presidente de Junta não foi contactado e não teve qualquer informação da Câmara Municipal de Loulé? Duas notas finais, respeito pela pessoa Presidente da Junta de Freguesia, como esse mesmo Presidente sempre teve, tem e terá para todo o Executivo da Câmara Municipal de Loulé, parabéns ao Ameixial que viu a sua escola primária reaberta. -----

Foi dada a palavra ao Deputado **Marco Ferreira (PS)**, que disse que em nome do grupo municipal do PS agraciar e saudar no passado 11 de setembro o lançamento da primeira pedra do edifício de saúde que ficará localizado nas imediações do local do Centro de Saúde de Loulé. Esta nova infraestrutura para os cuidados sub primários representa uma forte iniciativa da Câmara Municipal no melhoramento da capacidade de instalar diversos serviços de saúde no âmbito da descentralização de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

competências. O espaço terá 4 valências distintas divididas por 2 pisos. No rés-do-chão, numa zona mais pública e facilitado ficará a unidade familiar de Loulé atualmente a funcionar no bloco principal que serve 14.000 utentes, bem como uma unidade de cuidados da comunidade Gentes de Loulé que serve 70.000 utentes. Já no piso superior irá agregar as instalações do agrupamento de Centro Saúde Algarve Central e a sua direção Executiva que transitará para o Centro de Saúde Universitário. O Centro de Saúde Universitário reveste-se de especial importância já que terá um caráter inovador em todo o país, destinado ao ensino pré e pós-graduado, projeta-se para aqui um espaço onde os profissionais poderão ensinar em todas as áreas de saúde incluindo a medicina. Estes serviços funcionarão em articulação com a Faculdade de Medicina da Universidade do Algarve, mas para além da UAL poderá integrar alunos de outras academias que se encontrem a fazer a sua especialização. Este grande investimento de cerca de 5.000.000,00€, 65% a cargo da Câmara Municipal e 35% da responsabilidade do Ministério da Saúde através da ARS Algarve permitirá no âmbito da medicina geral e familiar dos cuidados de saúde primários que os diversos profissionais disponham de mais gabinetes para atendimento melhorando e dignificando o trabalho junto das pessoas. Estamos certos de que a evolução qualitativa das instalações da saúde permitirá também atrair para o concelho mais profissionais na área da saúde. Concluindo, congratulamos o Executivo Municipal na pessoa do Senhor Presidente, Vítor Aleixo, por esta grande aposta no Serviço Nacional de Saúde em Loulé. -----

Foi dada a palavra ao Deputado **João Ferreira (PSD)**, que disse que hoje ouvimos aqui uma situação que me fez recordar as últimas palavras que ouvi do último Presidente da Mesa da Assembleia quando disse que as funções dele não eram de mestre de cerimónias. Hoje estamos a assistir um Presidente de Junta de Freguesia que deve ser um pouco mestre de cerimónias pois não serve para mais nada, porque fecham uma escola e o Presidente da Junta de Freguesia não sabe nada. Portanto, esta relação entre o Executivo da Câmara e as Juntas de Freguesia, eu quero crer que o Executivo se vai retratar pois eu acredito que ainda existe alguma humildade e que isso será corrigido, isso só pode ter sido por lapso, não pode ser outra situação. Depois vi aqui o cidadão Baltazar Pereira, isso é o que não me choca, o que apresentou aqui, todas as pessoas do concelho e fora do concelho que submetem projetos e pedidos de licenciamentos, isto não choca nada. Isto é a Câmara Municipal que conhecemos, isto não é um caso único, é um calvário. O que pode chocar às pessoas que estão em casa e que não submetem projetos, ou uma percentagem muito pequenina, esses, se calhar, é que ficam chocados, quando ouvem o Senhor Presidente que parece que foi um caso único e que não volta a acontecer. Mas não, isto é um caso estrutural que tem de ser resolvido. -----
Quanto à intervenção do cidadão Luís Fernandes Júnior que falou sobre as casas. Isto foi uma ausência por parte da Câmara Municipal, volta-se a falar das casas, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

isso o Executivo tem de reconhecer que a nível de ordenamento do território felizmente e vou reconhecer publicamente tem acolhido as propostas do PSD que temos feito e quanto às casas acessíveis há que reconhecer essa parte. -----

Foi dada a palavra à Deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, que disse que quer agradecer ao Executivo da Câmara a dispensa que nos deu do espaço que precisamos para o Chega Juventude que teve a amabilidade de nos ceder o espaço durante os 3 dias e nós queremos agradecer essa atitude.-----

Outro aspeto que eu quero questionar o Executivo em relação ao trágico acontecimento que aconteceu no Lar da Santa Casa da Misericórdia de Boliqueime, certamente todos sabem o que aconteceu com a senhora idosa que estava completamente coberta de formigas numa situação indigna, eu queria questionar o Executivo se já tomou alguma diligência em relação a esse assunto. E se sabe se a Junta de Freguesia de Boliqueime também já teve alguma proximidade com o lar para tentar saber e se também tomou alguma diligência em relação ao que se passou. ----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que a Câmara Municipal tem sido uma intransigente defensora de travar o despovoamento do interior do concelho de Loulé. Sempre e em todas as circunstâncias. Neste caso particular, o Conselho-Geral da Escola no ano letivo 2021-2022 decidiu abrir o Jardim de Infância no Ameixial. Porquê? Porque as 4 crianças eram de lá. Portanto, não fazia sentido abrir na Cortelha que fica ainda a uns razoáveis quilómetros do Ameixial e não abrir o Jardim de Infância no Ameixial. Para o ano letivo 2022-2023 houve também uma reunião do Conselho-Geral e todos os alunos com exceção de um que era da Cortelha, eram todos do Ameixial. E, portanto, a Câmara Municipal aconselhou que fossem reabertas as instalações escolares para que as crianças do 1.º Ciclo pudessem ter as suas aulas no Ameixial. Nós sabemos que desejavelmente todas as escolas deveriam funcionar em todos os lados, mas há um número crítico a partir do qual, até por questões de sociabilidade que é também uma componente educativa extremamente importante, não é possível ter 1 ou 2 crianças numa escola, temos de juntar essa 1 ou 2 crianças numa escola próxima. Portanto, são injustiças, mas são injustiças suportadas porque quem vive no interior paga essa fatura, infelizmente. Mas todos nós aqui sabemos que a Câmara Municipal de Loulé há muitos anos que tem feito um trabalho para evitar essas situações. São situações que infelizmente acontecem. Pergunta-me se eu estou feliz com o encerramento da escola na Cortelha? Não estou, claro que não estou. Procurarei no futuro reabri-la logo que seja possível. Mas objetivamente as escolas necessitam de um número crítico de alunos para poderem voltar a funcionar. Por isso estarei aqui com toda a minha boa vontade para reabilitar e reabrir a escola da Cortelha. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia não deve indignar-se porque tanto quanto sei o Conselho-Geral informa os Presidentes das Juntas, convocou-os até para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

reuniões para os manter informados desta situação. Por isso não pode dizer que desconhece porque a autoridade escolar informou. No futuro, vou procurar ficar mais atento para saber se foram informados. Mas está a falar com um autarca que é particularmente atento a convites institucionais a todos os presidentes de Junta. E o senhor até tem exemplos muito recentes, há aqui uma situação pela qual não sou inteiramente responsável, mas apontou logo o dedo. Muito bem, está no seu direito, mas o senhor também não se pode eximir ao reconhecimento de que o Conselho-Geral da Escola e a autoridade escolar também os deve ter informado da situação. Então se assim é, o senhor não vem falar comigo, não me perguntou se se passa isto e isto, qual é o seu ponto de vista, o que me tem a dizer, se conhecia também poderia ter tomado a mesma atitude que esperou de mim. Também podia ter tomado e não tomou, está a ver? Dá a impressão que quis aproveitar a situação aqui para me confrontar publicamente na Assembleia Municipal com essa situação. Acho que podia, dado o relacionamento que temos, ter agarrado no telefone e ter falado comigo como tem feito em outras circunstâncias. -----

Relativamente à intervenção da Deputada do Chega sobre a Santa Casa da Misericórdia. Que fique claro, o que aconteceu é inadmissível, o que aconteceu não tem justificação. Agora há uma coisa que é verdade, aquele equipamento não é gerido pela Câmara Municipal de Loulé, nós não temos nenhuma responsabilidade naquilo que se passa no dia-a-dia da Santa Casa da Misericórdia. É verdade que eu liguei logo quando foi tornada pública a notícia, falei com a Senhora Provedora e ela deu-me as suas explicações. -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime (Nelson Brazão)**, que disse que foi a mesma situação, que falou com a Santa Casa da Misericórdia e as explicações são as mesmas. E agora esperamos pelos resultados do inquérito para perceber o que é que aconteceu. -----

Foi dada a palavra ao Deputado **António Farrajota (CDS)**, que disse que se falou da Santa Casa da Misericórdia e já que o concelho tem 2 Santas Casas da Misericórdia, o que aconteceu foi na Santa Casa da Misericórdia de Boliqueime. Quanto aos possíveis maus-tratos que foram aplicados a essa senhora, que já faleceu, estava em fase terminal, eu procurei indagar o que é que se tinha passado e cheguei a uma conclusão independentemente do estado em que a senhora se encontrava. O que se passou tem a ver não com a Santa Casa da Misericórdia, e eu posso afirmá-lo de uma forma muito clara, tem a ver com pessoas. O que faz uma instituição ser mais ou menos credível não é ela própria, são as pessoas que lá trabalham. Portanto, aqui há, eu não queria dizer uma culpa, mas trata-se disso mesmo, há uma culpa de má-formação e má-vigilância que deve ser corrigida. -----

Já que se está a terminar o tempo, só lembrar também ao Executivo, em relação aos atrasos dos projetos, muita da construção clandestina que existe deve-se a um fator



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

é a morosidade dos serviços camarários porque se não demorasse tanto tempo as pessoas não recorriam, e eu conheço casos, à construção clandestina. -----

Foi dada a palavra à Deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, que disse que é verdade que o Presidente da Câmara ligou, o CHEGA esteve no lar para tentar perceber, não quis culpabilizar nem um lado, nem outro, a Senhora Provedora disse-nos precisamente que o Senhor Presidente tinha telefonado e tentado saber o que se tinha passado. Aproveito para dizer aqui que nós sentimos que o lar sente um pouco a falta de apoio da Câmara Municipal, não sei se é suposto dar esse apoio ou não, sei que o Senhor Presidente da Câmara Municipal financia o lar da Santa Casa da Misericórdia, entre outros, eles sentem falta de apoio e proximidade, gostavam que existe mais e, inclusive, a Junta de Freguesia de Boliqueime pois não sentem qualquer interesse até com esta situação que ocorreu, sentiram-se um pouco “abandonados” porque nem tentaram perceber o que tinha acontecido. Outro aspeto que referiram, se puderem colaborar mais, como sabe o preço da habitação está caríssimo, a gasolina também, eles têm muita falta de funcionários principalmente à noite e se puderem ajudar com o transporte para os funcionários do lar e mais um funcionário para a noite seria o ideal. -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse que sobre as questões urbanísticas falarei mais à frente e responderei às intervenções dos deputados do CDS e PSD. -----

Relativamente à Santa Casa da Misericórdia é curioso que perante um facto de tal gravidade queiram agora tentar virar isto contra a Câmara Municipal. Senhoras Deputadas digo-vos uma coisa, esta instituição tem merecido todo o apoio da Câmara Municipal de Loulé e o apoio muito generoso e devo-lhe dizer que não se compreende aquilo que aconteceu. E mais, quando aquilo chegou ao meu conhecimento, aquelas imagens chocantes que não fui capaz de as ver até ao fim, imediatamente agarrei numa *pen* e enviei para o Ministério Público para poder investigar. Portanto, eu fiz o meu trabalho, por isso agora não vale a pena tentarem virar uma situação tão grave que não tem nada a ver com a Câmara Municipal de Loulé e procurar agora atingir a Câmara Municipal aquilo que lá se passou. Nós não temos nada a ver com aquilo. Portanto, se precisa de saber, os seus colegas aí ao lado também podem saber até porque conhecem bem a Senhora Provedora e terão com ela um relacionamento que muitas pessoas aqui na sala não têm e, portanto, também podem saber e apurar o que lá se passou porque nós fizemos o nosso trabalho e estamos absolutamente tranquilos. No que diz respeito a apoios, não sei o que apoiar mais, não sei, sinceramente. -----

Foi dada a palavra ao Deputado **João Ferreira (PSD)**, que disse que não fizeram nenhum comentário quanto a isso, não estamos coligados com o Chega, portanto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

talvez haja uma discussão quando diz os deputados da bancada aí ao lado, não temos nada a ver com isso. De qualquer forma é só para esclarecer isso, deve ter havido alguma confusão com a atrapalhação que o Chega está aqui a pôr, mas nós estamos aqui calados, não dissemos nada.-----

O Presidente da Assembleia disse que devemos concentrar-nos no trabalho que temos a fazer. Têm de gerir melhor o tempo para depois esclarecer mal-entendidos, isso é a responsabilidade de cada grupo municipal. Eu penso que melhor boa-vontade do que esta que tem havido de todos os grupos municipais, principalmente daqueles que têm mais tempo, dar tempo a toda a gente para que toda a gente possa concluir intervenções, terminar raciocínios, deve ser algo que se passa em poucas Assembleias, agora também não queremos é usar tempo ao qual não só não temos direito de usar como também os outros já não têm para dar. É assim, são as regras do jogo, por isso respeitemo-las. -----

Aproveito para alertar os líderes das bancadas municipais que a Comissão de Revisão do Regimento tem estado a trabalhar, estamos a fazer uma revisão relativamente profunda utilizando inclusivamente o livro difundido pela Associação Nacional de Assembleias Municipais, não nos estamos a limitar a questões de pormenor, estamos a tentar fazer uma revisão de fundo. E este é um ponto que vamos entrar agora, mas que tem de ser ponderado com muita seriedade. Este é um bom exemplo, nós estamos às 00h15 e ainda não entramos no Período da Ordem do Dia. E há pessoas que nos veem nas suas casas pois têm assuntos que têm interesse em acompanhar e não estes assuntos, que são todos importantes, mas às vezes são mais importantes para os Deputados do que para as próprias pessoas que representamos. Portanto, temos de ponderar em sede de revisão se podemos continuar a entrar na Ordem do Dia à hora que a Assembleia deveria estar a terminar. É um apelo que vos faço, pensemos nisso, há de estar na altura de a versão preliminar estar a ser distribuída a todos os deputados, para já estamos a discuti-la em sede de Comissão de Revisão do Regimento. Mas este é um assunto que penso que nos deve preocupar a todos que é que se calhar há algumas coisas que devem ser alteradas. É evidente que o espírito que aqui se vive, as pessoas apresentarem os seus problemas, acho que isto é prova, até, da crença nas instituições, as pessoas continuam a acreditar que vale a pena virem apresentar os seus assuntos, o período do público para mim é fundamental e acho que deve ser no início que é efetivamente onde as pessoas estão mais frescas e atentas para os problemas das pessoas que vêm cá apresentar as suas questões, mas daqui para a frente temos de fazer uma reflexão séria e não podemos continuar a entrar na Ordem do Dia à hora de acabar a Assembleia. Esta é a minha reflexão e o meu desabafo. Também gosto de ver a vitalidade e vivacidade, também nos podemos irritar, todos temos direito a isso, somos pessoas como os outros, mas não devemos perder o foco do que efetivamente estamos cá a fazer. E tal como diz, a Ordem do Dia é o que nos traz aqui e a Ordem do Dia vai começar já depois da meia-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

noite passada.-----

3- Período da Ordem do Dia;

a) - **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município**, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;-----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse tal como sucede muitas vezes aqui, eu propor-me-ia a responder a informações concretas que eventualmente a minha informação escrita possa ter suscitado nos Senhores Deputados.-----

Foi dada a palavra ao **Vereador David Pimentel**, que disse que se vai reservar a responder a questões específicas, os mapas são específicos, a situação financeira do município é muito saudável, portanto, se houver alguma questão ou alguma dúvida em alguma rubrica em particular estarei cá para esclarecer no melhor da minha capacidade.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Cláudia Mendes (PSD)**, que disse que esteve a ler na diagonal este relatório que é bastante extenso, que elenca aqui mais as atividades que foram feitas, mas queria fazer aqui alguns reparos, mas também saudar, que isto não é só criticar como dizem certos elementos da outra bancada. Relativamente à página 16, além do evento como o MED e é de salutar porque tem cada vez mais sucesso, cada vez atrai mais pessoas, eu penso que este concelho tem a capacidade de fazer este tipo de eventos, não só o MED, ao longo do ano, deste modo tentar combater o turismo sazonal. Atrair pessoas a visitarem o nosso concelho ao longo do ano. -----

Tenho outro reparo para fazer na página 19, onde falam na Feira do StockMarket. Gostaria de saber o porquê a mudança do local, uma vez que se realizou anteriormente na Estátua e agora no Convento. Na Estátua penso que seria melhor uma vez que tem mais visibilidade e as pessoas conseguem circular de uma maneira melhor, tem mais visibilidade. Além do mais, alguns comerciantes, pelo menos a mim chegou-me essa situação, que dada a data alguns tinham de ponderar em fechar o seu comércio para ir participar no Mercado o que não lhes era apazível. -----

Além do mais, gostaria de deixar aqui a menção para voltar a ser feita a Feira do Livro e Artesanato no Calçadão de Quarteira, porque é bom a feira que tem sido feita em Quarteira, eu sou uma cidadã de lá, o Calçadão perdeu muito a vida e nós temos tantas associações no nosso concelho e tantos grupos que podem fazer animação no Calçadão de Quarteira e penso que deve ser pensada essa situação.-----

Na página 43 onde falam dos serviços gerais e certidões, gostaria de saber se o Executivo sabe indicar quantas licenças de utilização foram emitidas, assim como as certidões de isenção. Por exemplo, eu na minha profissão para conseguir uma licença



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

de utilização, estou quase há um ano a aguardar. E por uma questão de curiosidade gostaríamos também de saber quantos processos judiciais estão a correr em que seja a Câmara Municipal requerente ou requerida.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Bárbara Correia (PSD)**, que disse que este relatório é um show-off, são 200 páginas em que, e permitam-me dizer isto, que a libertação de cárgados mereceu mais linhas de descrição do que vejam só algo tão banal e acessório, e estou a ser irónica, a revisão do PDM. A revisão do PDM tem apenas uma linha, que diz que há uma reunião de proposta de revisão à comissão especializada e o mesmo se diga de uma parte tão importante desde Executivo e que tem merecido muitas críticas e fundamentadas no que diz respeito à urbanização e edificação em que apresentam uma tabelinha, uma tabelinha com os dados no geral, quando aquilo que deveria ser apresentado num relatório de atividades que devia incluir, nomeadamente, e seguindo aquilo que a minha colega de bancada referiu, quantos processos é que deram entrada e desses processos definirem exatamente quais é que foram, pois põem só processos que entraram, processos aprovados e não dizem desses processos quantos é que foram de autorização de utilização e emissão do alvará respetivo, quantos é que foram de comunicação prévia, quantos é que foram de licenciamento ou operações urbanísticas, pedidos de informação prévia, operações de loteamento, obras de urbanização. Isto sim seria um relatório a sério para uma área tão importante para este concelho. E também seria muito pertinente referirem neste tipo de relatório como é que seria, por exemplo, a média de tempo para entrada de um processo de licenciamento até ao momento da emissão da licença de utilização. Ou até a partir do momento em que o particular dá entrada dos novos elementos pedidos, e que os mesmos estejam corretamente instruídos, qual é o tempo que decorre entre a entrada da entrega desses elementos e a aprovação final. Isto sim era um relatório, mas eu acho que, de facto, a tabelinha é representativa do estado do Departamento de Urbanismo deste Executivo.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, que disse que ontem comemorou-se o Dia Internacional de Consciencialização para as Perdas e Combate ao Desperdício Alimentar e fico sempre muito orgulhosa quando leio que o Festival MED continua com as práticas de combate ao desperdício alimentar. Julgo, da mesma forma em relação dos cárgados, pertinente teria sido saber a informação do número de estabelecimentos que aderiram e a quantidade de alimentos que foram recolhidos porque isso sim seria um motivo de nos orgulharmos e sim também deveria estar explanado na informação ao invés de outras que pouco ou nada nos acrescentam. Ainda relativamente ao Festival MED, a bancada PAN congratula a organização pela implementação dos papa-chicletes e dos dispensadores para beatas, no entanto, questiona o destino que foi dado quer às beatas, quer às chicletes. Se foram para algum projeto, se tiveram algum tratamento específico ou se no final da noite foi tudo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

para o mesmo saco. Aproveito para sugerir a colocação desses mesmos dispensadores de beatas junto aos estabelecimentos de restauração e bebidas evitando assim o descumprimento da lei das beatas. Avançando na leitura do relatório apresentam-se construções, amplificações e melhoria de diversos equipamentos, mas ainda não consegui encontrar nada referente ao Centro Oficial da Recolha Animal ou Canil. Mas relativamente ao sistema de bicicletas partilhadas aparece duas vezes, uma na página 37 e novamente na página 40. -----

Relativamente ao relançamento para o concurso de exploração do Café Calcinha constatei que a informação que se encontra no mesmo fala que o espaço está encerrado por motivo de obras na cobertura do telhado. Eu acho que as obras do telhado já foram ali no passado, pois a 23 de maio de 2022 foi aprovado nesta Assembleia o primeiro concurso, o segundo foi há poucas semanas e ainda há dias houve uma sessão de apresentação e esclarecimentos no espaço e ninguém reparou que a informação está totalmente obsoleta e pode induzir potenciais interessados mais distraídos ao engano.-----

Para terminar e passando às questões financeiras, na rúbrica 1.2.2 Detalhe das Transferências Financeiras continuo sem perceber quais são as instituições sem fins lucrativos apoiadas pela Autarquia nem porque é que surgem dois momentos, num primeiro com um valor de mais de 1,2000.000,00€ e um pouco mais abaixo com mais de 1,5000.000,00€. Afinal que instituições sem fins lucrativos são essas? É que dizer Desporto, Cultura, Ação Social, Educação, Ambiente, a minha preferida, Outras, desculpem-me, mas não me diz nada e pegando nas palavras do Senhor Presidente quando referia há pouco que o município tem ajudado a Santa Casa da Misericórdia de forma generosa, se calhar era possível nós termos essa comprovação ou não se as tais instituições estivessem. Eu já não digo dizer o valor, mas pelo menos o nome delas.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Helena Baião (BE)**, que disse que o Bloco de Esquerda gostaria de ter sempre uma posição proativa e uma oposição construtiva e, portanto, tal como muitas vezes criticamos a performance do Executivo, desta vez também gostaríamos de salientar os aspetos positivos da atividade municipal, nomeadamente o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social, Eficiência Energética, Viaturas, Reparação de Edifícios, etc.-----

Gostaríamos de realçar que o ano letivo arrancou verdadeiramente sem casos. Não podemos considerar um aspeto pontual que necessita de um reajuste na área dos transportes públicos e que certamente vai ter resposta como um exemplo no todo, o arranque do novo ano escolar foi sem casos e não se ouviram falar de falta de professores e de meninos sem aulas, como é habitual e como aliás podemos ver em toda a comunicação social a nível nacional. A reabertura da Escola do Ameixial também nos deixou satisfeitos e profundamente o arranque das obras da Unidade de Saúde de Loulé. Mas temos algumas áreas que gostaríamos de deixar três ou quatro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

questões se puderem ser respondidas. Porquê este número de projetos que continuam a ser chumbados? Ou seja, a resposta será que os projetos são mal instruídos ou será que a Câmara Municipal empurra com a barriga e encontra sempre, digamos, um defeito ou algo que está incompleto para chumbar? É que as pessoas têm um pouco esta ideia de que isso acontece. -----

A Câmara Municipal de Loulé recebeu uma coleta de IMT muito acima daquilo que esperava e isso revela que a saúde financeira do município é invejável. Se calhar talvez pudesse investir, deixamos esta sugestão pois não é um valor pequeno, é a opinião do Bloco de Esquerda que o website da Câmara Municipal de Loulé já não está a dar resposta às questões levantadas pelos munícipes. É pouco amigável, é muito pouco intuitivo, está ultrapassado, não tem a interatividade necessária para poder responder. -----

Gostaríamos de poder perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal onde podemos encontrar a resposta neste relatório sobre a cedência de terreno no Parque das Cidades para a Unidade Oncológica, gostaríamos de ter essa resposta uma vez que está a chegar o final do prazo para a utilização dos fundos.-----

Foi dada a palavra ao Deputado **Abel Matinhos (PS)**, que disse que este documento é verdadeiramente rico, aliás, faria apenas uma sugestão, que das próximas vezes que submetam este documento, por favor, façam um índice que é sempre bom para nos organizarmos e também procurarmos informação pois um documento com 210 páginas é sempre bom termos um índice para não perdermos o fio à meada.-----

Em segundo lugar, quero felicitar a Câmara Municipal por um momento histórico, foi finalmente aberto o concurso para a construção de 64 fogos na cidade de Loulé, algo que todos nós estávamos à espera, no loteamento da Coluna, é um investimento de 11,5.000.000,00€ e, portanto, é algo verdadeiramente histórico, que não acontecia há tanto tempo e já foi aqui tão debatido e tão pedido por tantas bancadas, nomeadamente pela bancada do PSD, que também gostaria de ter ouvido aqui uma palavra de felicitação por parte do PSD no que toca a este respeito. -----

Foi dada a palavra à Deputada **Cláudia Mendes (PSD)**, que disse que gostaria de fazer apenas um pequeno reparo ao Deputado Abel Matinhos, é que eu saudei várias vezes a Câmara Municipal quando eu fiz a minha intervenção. Está desculpado. -----

Para responder às questões, o **Vereador Carlos Carmo** disse que sobre o que foi referido relativamente ao Festival MED, aos eventos e a um plano de eventos, o município de Loulé é conhecido por ter um plano riquíssimo de eventos não só promovido pelo município, mas também pelas Juntas de Freguesia, pelas associações, pelas coletividades, portanto, eu desafio, até, que mensalmente olhem para a agenda que o município emite e veem lá uma panóplia de eventos. Reforço ainda que este relatório refere-se entre os dias 27 de junho a 30 de setembro, por isso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

é que há uma incidência, neste caso, sobre o Festival MED e sobre outros eventos. Nomeadamente no que referiu Stock & Chic diz que foi um evento devidamente articulado com os comerciantes, a localização, as datas a forma, o método e foi um sucesso e o balanço que nós fizemos e que já foi feito pela equipa é extremamente positivo. Obviamente que haverá sempre situações para melhorar e faremos, com certeza. A localização, inclusive, foi para promover cada vez mais uma dinâmica do centro da cidade de Loulé e neste caso da Praça da República. Por isso é que se realizou no local onde foi realizado e da forma como foi organizado. -----
Relativamente à Deputada Ana Poeta quando fala sobre as questões do desperdício, dizer-lhe que não está, mas deveria estar, é verdade, foram recuperados 295 quilos de alimentos confeccionados e não consumidos, há que fazer essa ressalva, pois muitas vezes podemos ter a ideia errada de que são restos, não, são alimentos confeccionados e não consumidos, portanto, não está a aí, mas até lhe podia dar dados das emissões evitadas, e afins. Relativamente às chicletes e às beatas, não tenho esses dados aqui, mas farei-lhe chegar garantidamente essa informação do que foi feito a essas estruturas que são do município e que podem ser colocadas em qualquer local e em qualquer altura.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, que questionou se o relatório é até 30 de setembro não está nenhuma informação sobre a Fava.-----

Para responder, o **Vereador Carlos Carmo** disse que provavelmente à data que o relatório foi encerrado não foi vertida nenhuma informação sobre a Fava, mas que garantidamente no próximo relatório faremos menção a esse evento que foi organizado.-----

Foi dada a palavra ao **Vereador David Pimentel**, que respondeu à Deputada Cláudia Mendes sobre os processos judiciais em curso estão na página 42 do Relatório, a informação poderá ser consultada aí. -----

No que concerne à Deputada Ana Poeta perguntou sobre o Café Calcinha. Com certeza, essa informação esta desatualizada, pedimos desculpa, é um lapso, de facto não deveria estar essa informação que ainda está em obras, todos nós podemos perceber que a obra já terminou. As duas linhas sobre as bicicletas partilhadas também está aqui a devida nota e agradeço esse reparo. No que diz respeito às associações sem fins lucrativos e o porquê das 2 rúbricas. Se reparar na tabela que está anexada, as primeiras transferências para as IPSS são as transferências correntes, são todas aquelas que correspondem ao funcionamento corrente, despesas com o seu funcionamento do dia-a-dia e depois a segunda abertura de rúbricas de transferências para as IPSS está sobre as transferências de capital. Diz respeito, por exemplo, a renovação de edifícios, eficiência energética, e até pode consultar na página 2 do Relatório que há aí algumas IPSS que são apoiadas e as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

verbas até estão detalhadas por área de intervenção. Se da rúbrica “Outros” quer entender quais são as IPSS, que obviamente não se enquadram no Desporto, na Cultura, nem na Ação Social, Educação e Ambiente, podemos providenciar uma listagem exaustiva de quais são essas empresas sem qualquer problema. Eu aqui não tenho e não consigo aceder a informação em tempo útil, mas terei todo o gosto em esclarecer mais essa questão.-----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse que gostaria de responder às questões colocadas, começando em primeiro lugar com a intervenção da Deputada Bárbara Correia que desvalorizou de uma forma injusta, considero eu, a qualidade do Relatório apresentado pelo Presidente da Câmara Municipal. Eu penso que houve poucos momentos no passado que existiram Relatórios e Informações Escritas do Presidente da Câmara Municipal tão exaustivas, tão detalhadas, com toda a atividade da Câmara Municipal de Loulé, por isso considero que estamos perante um documento honesto e muito rigoroso. Por isso, permita-me discordar pois já conheci neste órgão momentos em que as informações escritas do Presidente da Câmara Municipal eram de facto muito pouco relevantes e muito pobres. Depois queria também dizer que sobre a revisão do PDM, bem o processo está a decorrer, a fase passível de ser traduzida para uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal virá a seguir, mas de qualquer maneira Senhora Deputada, deixe que lhe diga que me surpreende essa sua falta de informação uma vez que existe uma Comissão de Ordenamento do Território especializada aqui a funcionar na Assembleia Municipal, tem Vereadores na Câmara Municipal de Loulé e eles têm acompanhado tudo aquilo que tem sido feito relevante relativamente ao processo de revisão do PDM. Repare, não é o momento, como lhe digo, de colocar aqui mais informação. Temos tido muitas reuniões, reuniões com a equipa externa, temos ouvido os Senhores Vereadores, temos discutido e apresentado o trabalho feito até aqui da Comissão dos Deputados que compõem a Comissão do Ordenamento do Território, portanto, o trabalho está a decorrer. Se a informação não lhe chega, bom, eu não sou inteiramente responsável por isso pois pode muito facilmente contactar os seus colegas de Partido que são eleitos com responsabilidades e que têm tido acesso a toda a informação. Não pode dizer que é uma tabelinha, Senhora Deputada, então isto é uma tabelinha? Repare, vou chamar aqui a sua atenção e de todos os Deputados. Processos, Propostas de Decisão, tem por mês no ano de 2022 começa em janeiro e termina a 15 de setembro. Não Aprovados, Pedido de Elementos e Indeferimentos, isto é uma coisa comum, os processos entram na Câmara Municipal, não são aprovados por muitas razões, às vezes até porque não estão devidamente instruídos. Ainda há pouco tempo estive no Encontro de Empresários na Área do Imobiliário em Paris onde teve lugar um encontro de muitos autarcas e esses empresários e onde o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa foi o convidado de honra e que confrontado com esta questão de o porquê destes processos demorarem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

muito na Câmara Municipal de Lisboa, imagine a resposta que eu ouvi, parecia que me estava a ouvir a mim, olhem sabem porquê? À volta de 60% dos processos que entram na Câmara Municipal de Lisboa vêm insuficientemente instruídos. Faltam-lhes elementos, não entenderam bem as coisas, carecem de esclarecimentos e é por isso que depois começa o processo do vai e vem. Não estou a falar pela Câmara Municipal de Loulé, estou a reproduzir exatamente aquilo que ouvi do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa no encontro com empresários na área do imobiliário. Tem 78, 97, 100, mês a mês, estão aqui os processos todos. Acha que é pouco? Depois os aprovados, com licença, telas finais, propriedade horizontal, lá está, mais uma vez, 27, 53, estou a falar por mês e por aí fora. Nós temos até agora aqui um total de 157 processos, somando os não aprovados, os aprovados, os aprovados condicionais e os diversos que tem a ver com fiscalizações. Portanto, Senhora Deputada, quer informação mais detalhada, mais rigorosa do que esta? Não, desculpe, não é possível. A seguir, jurídico e Contencioso, está cá tudo, repare que até o pedido de fotocópias autenticadas está cá, até esse pormenor expressamos e espelhamos aqui. Atividade geral, número de ofícios, tem cá tudo. Portanto, Senhora Deputada, nós nunca fomos tão rigorosos e nunca fomos tão cuidadosos a dar esta informação à Assembleia Municipal como estamos a ser agora. Respeitando a sua opinião, a sua crítica não é justa, quanto a mim. -----

Sobre os apoios que são dados às IPSS, Senhora Deputada Ana Poeta, a Câmara Municipal de Loulé todos os anos junta todas as IPSS no Salão Nobre da Câmara Municipal, faz um ato que depois dá nota pública, todos os apoios que são prestados a cada uma das IPSS no concelho de Loulé está lá. É um ato público que depois tem uma aprovação em reunião de Câmara, tudo é transparente, tudo é devidamente publicitado, é uma questão de consultar as atas ou os comunicados produzidos a propósito nessa altura que são feitos e, portanto, está lá tudo. Nada é escondido, tudo é transmitido. -----

Sugestão de investimento municipal para o edifício municipal. É verdade, é uma necessidade, reconheço, mas repare nós temos ainda investimentos de muito peso a fazer em Loulé como estamos agora a fazer e vamos começar um outro em breve que é o fecho da Circular, começamos agora o edifício para a saúde, enfim, temos uma obra de peso a decorrer que é a maior obra pública de iniciativa municipal que está a decorrer na freguesia de Almancil que é um Pavilhão de Multiusos com uma Biblioteca Pública, temos projetos concluídos para o Mercado de Quarteira que vamos em breve abrir um concurso público internacional, acabamos de abrir 11,5.000.000,00€ para construção de habitação na cidade de Loulé, enfim, há todo um conjunto de trabalho, antes de se ver materializado em obra, que corresponde a um trabalho muito cuidadoso, muito longo de fazer projetos, de abrir concursos, de escolher no mercado as empresas vencedoras desses mesmos concursos. A Câmara Municipal por muito que queira não pode fazer num determinado momento, não pode realizar todas aquelas que são as necessidades deste município que é enorme, que continua e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

continuará a ter ainda muitas necessidades, mas pura e simplesmente não é possível executá-las todas ao mesmo tempo. -----

A cedência do terreno para a Unidade Oncológica do Sul, o que tem havido é uma enorme dificuldade por parte da entidade que nos deve solicitar o Parque das Cidades, que tem de solicitar certidões, que tem de organizar um processo, mais uma vez não temos sido capazes, pese embora a nossa colaboração da parte dos nossos técnicos e sobretudo da parte do nosso Diretor do Departamento Municipal que conversa com muita regularidade quer com o responsável do Parque das Cidades, quer com um dos quatro administradores do CH-CHUA, nós temos tido toda a disponibilidade, mas a verdade é que mais uma vez não tem corrido bem esta situação. E, portanto, aí nós não temos essa responsabilidade. Mas eu posso-lhe trazer informação ainda mais detalhada de todos os passos, porque eu não conheço os detalhes todos, pois desde o princípio dissemos imediatamente que sim, e tivemos uma reunião na Câmara Municipal de Faro, nós dissemos sim senhora, nós estamos disponíveis para colaborar e poder realizar essa obra no Parque das Cidades. Desse esse momento inicial que nos comprometemos, tem havido as dificuldades de disponibilizar o terreno para poder organizar e candidatar a fundos comunitários a realização dessa obra tão necessária para o sul do país.-----

Foi dada a palavra à Deputada **Cláudia Mendes (PSD)**, que pede desculpa ao Vereador David Pimentel que não percebeu a minha questão ou então eu não estou a perceber a sua resposta. A minha questão foi, quantos processos judiciais estão em curso em que a Câmara Municipal seja requerente ou requerida? O Senhor Vereador respondeu-me que está na página 42, eu não consigo lá aceder. Um exemplo prático, o cidadão que esteve aqui há pouco referiu que estava em litígio com o Executivo. Onde é que esse processo se encontra contemplado?-----

Foi dada a palavra ao Deputado **João Ferreira (PSD)**, que disse que já por inúmeras vezes vejo o Presidente do Executivo que tem atualmente o Pelouro do Urbanismo, aliás a sua tomada de posse está gravada e imputou a responsabilidade tanto das demoras dos processos como a junção dos processos irem para trás, os indeferimentos, eram factos dos projetistas. Face às suas declarações, Senhor Presidente, eu não sei se deva ficar comovido ou se hei de pedir à Câmara Municipal apelar à Ordem dos Arquitetos de instruírem os arquitetos, pois de facto os arquitetos projetistas são todos muito maus, só os arquitetos da Câmara Municipal. Chego aqui e chego à conclusão que não tem a ver com o Departamento, não tem a ver com os funcionários, não tem a ver com a estrutura, não tem a ver com a burocracia, só tem mesmo a ver com os projetistas. Portanto, se me dissesse assim, 20% dos projetos ou 10% dos projetistas, ou menos que duas casas decimais fosse os projetistas, eu percebo, há maus profissionais em todas as áreas, mas é alta, é mesmo alta, não vale a pena estarmos aqui. Isto é bom para todos, é para a oposição, é para quem está na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

bancada, é para todos, isto tem de ser resolvido, não é o funcionário da Câmara Municipal que é mau, ninguém está a dizer isso, não é o projetista que está cá fora que é mau. Há aqui um problema sistémico e temos que perceber o que é que se passa e há vários meios porque a percentagem dos projetos irem para trás por diversos motivos ou é o projetista, que é o que quer dar a entender, que não sabe o que é que anda a fazer, porque nunca é da parte da Câmara Municipal, nunca é por parte do sistema, nunca é parte da estrutura, nunca é da parte da chefia, nunca é parte do Executivo, nunca é parte dos técnicos que não sabem explicar. É melhor o Departamento e a própria Câmara Municipal darem aulas aos arquitetos que são projetistas que põem aqui porque são muitos, mesmo, tirando pequenas exceções que eu não me vou estender aqui, porque esses aí são diferentes, mas não vou bater nessa tecla. Nós temos 30 alunos, um é bom, os outros estão mal, então se calhar o mal está no professor. Temos de ver o que é que se passa porque os números reais, não são aqueles que tentamos pintar, politicamente para defender, politicamente para atacar, deixem-se disso, vamos resolver o problema porque de facto é uma percentagem esmagadora. Vocês põem assim, quantos autores de projetos põem na Câmara Municipal? Duzentos, dois ou três passam no mês, os outros todos é preciso anos para passar, são todos burros, é a conclusão que eu chego, por isso se calhar é melhor pedirmos a colaboração da Ordem dos Arquitetos para pôr estas pessoas fora da Ordem.-----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse que nós nunca no Relatório essa informação nos foi solicitada, quantos processos nós somos requeridos e quantos processos são executados, ou seja, quantos processos nós metemos em tribunal e quantos metem a Câmara Municipal em tribunal, nunca nos foi pedido. Não custa nada trazer isso. Provavelmente o Senhor Vereador falará por ele, mas eu entendi a sua questão e julgo que estou a respondê-la. Da próxima vez com certeza absoluta, não tem problema nenhum, trazer aqui esses processos, em que a Câmara Municipal ou está numa situação ou está na outra. -----

Senhor Deputado João Ferreira, nós temos falado muito nisto, este é um assunto que é permanente, praticamente. Eu não vou dizer, nem nunca disse que a Câmara Municipal de Loulé faz tudo bem, que não tem problemas, que isto é o melhor dos mundos, não. Agora deixe-me dizer-lhe porque sei do que falo que nós batemos no chão, nós com prejuízos até para os seus colegas, para as pessoas que precisam dos serviços da Câmara Municipal foi tal a onda de descrédito que nos lançaram os problemas que existiram que nós fomos mesmo abaixo. O Chefe de Divisão que se demitiu, vários processos com investigação na Polícia Judiciária, mas disso falaremos depois no dia 7 de outubro de 2022 e havemos de falar nisso porque eu vou responder-lhe a todas as questões nesse plano. Agora deixe-me dizer-lhe o seguinte, nós hoje estamos de facto muito melhores, já não temos os atrasos e os que temos são rigorosamente pontuais, e os senhores têm que nos fazer justiça porque se não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

se continuam a alimentar uma ideia que não tem adesão hoje à realidade vocês estão objetivamente a prejudicar o concelho de Loulé, objetivamente estão a prejudicar o concelho de Loulé. Este problema tem de ser resolvido, nós estamos a trabalhar para resolvê-lo, nós temos uma nova geração de arquitetos a trabalhar na Câmara Municipal de Loulé, nós temos feito formação, estamos a trabalhar já a 100%? Não, mas estamos muito melhor hoje. Portanto, há uma parte dos problemas que derivam das nossas insuficiências e incapacidades. Eu nunca deixei de reconhecer isso e não era hoje que iria aqui deixar de reconhecer. Agora posso-lhe dizer também e repito aquilo que disse, há muitos problemas e não são assim tão poucos que resultam do pouco cuidado das pessoas que põem processos na Câmara Municipal de Loulé. Vêm e repito sem qualquer problema nenhum, vêm deficientemente instruídos e tanto é assim que nós publicamente assumimos no nosso programa eleitoral promovermos no nosso concelho de Loulé ações de trabalho, ações de formação, de clarificação com aqueles que são os utilizadores habituais dos serviços de gestão urbanística da Câmara Municipal de Loulé. Para clarificar dúvidas, para convergir em entendimentos, nós já falamos disso e vamos fazer. Não temos feito agora pois estamos a rever o PDM, mas oportunamente faço muita questão de fazer isso, pois eu acho que todos ganharemos com isso. Eu estou aqui para resolver esse problema, pois é um problema que mexe com a economia do concelho, a minha opinião nunca foi outra. Agora há uma insinuação que fez que eu não posso deixar de lhe responder, eu não posso calar-me quando diz que há 200 arquitetos que vão para a fila e há 2 ou 3, não é assim, Senhor Deputado, eu peço-lhe aqui publicamente nesta Assembleia Municipal quais são os casos, diga-me a mim ou diga publicamente que eu mandarei investigar, não tenho nenhum problema nisso, mas nenhum mesmo. Portanto, não podemos fazer essas afirmações vagas, deixar ideias no ar porque isso é o pior prejuízo que causa à Câmara Municipal de Loulé, tem que concretizar, dizer quem é, de quem se trata, tem que fazer isso. E deixe-me dizer-lhe uma coisa, nesse Relatório nós fazemos questão de respeitar quem está na fila para a análise dos projetos, há raras exceções, quando por exemplo vem um emigrante de França, eu tenho uma casa para vender, eu tenho bilhete marcado de avião, eu não posso esperar, Senhor Presidente ajude-me, aí eu ajudo, peço que tirem da fila e deem prioridade aquele processo, ou outra circunstância excepcional que eu entenda que se justifica, mas isso devo-lhe dizer que nunca é a regra, são casos muito pontuais e perante a minha consciência também tenho essa liberdade, têm de se justificar porque senão vai mesmo para a fila, é assim que fazemos, é assim que trabalhamos já há algum tempo.-

Foi dada a palavra ao **Vereador David Pimentel**, que disse muito rapidamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal acabou de esclarecer que essa informação de facto por lapso eu mencionei que o jurídico e o contencioso estão na página 42 e essa informação não está lá de facto sistematizada, portanto, as minhas desculpas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

pelo lapso.-----

O **Presidente da Assembleia**, deu por terminada a sessão, que terá a sua continuação no dia 07 de outubro pelas 21.00h e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**

Simão

A **1ª SECRETÁRIA**

Joana Conceição

O **2º SECRETÁRIO**

Fernando Bertram Marques